

Estudos do I.S.C.A.A II Série • Nº 2 • 1996
Revista de Publicação Anual

Direcção: Joaquim José da Cunha

Coordenação: José Fernandes de Sousa
Vírginia Maria Granate Costa e Sousa

Conselho Consultivo: Professores Coordenadores das Áreas
Científicas do I.S.C.A.A.

Edição e Propriedade: Instituto Superior de Contabilidade e
Administração de Aveiro

Apoio Administrativo e Assinaturas: Biblioteca do I.S.C.A.A.
R. Associação Humanitária dos Bombeiros Velhos de Aveiro
Apart. 58 - 3800 - Aveiro
Tel.: (034) 381977 - 381911; Fax: (034) 28975

Preço: 1.500\$00

ISSN: 0873-2019

Depósito legal nº: 922 54/95

Capa: Design. Francisco Espindola

Trat. de texto: apoio técnico de Maximina Gonçalves Marieiro

Impressão: Tipografia Minerva Central, Lda./1997

*Diálogo Estratégico Empresas / Estado**

Virgínia Maria Granate Costa e Sousa
Professora Coordenadora do Quadro de Economia
do I.S.C.A.A.

* Lição apresentada em Provas públicas - Dec. - Lei nº 185 / 81, de 1 de Julho, art. 26, nº 1 al. a) , no I.S.C.A. de Aveiro, em Abril de 1996.

Sumário :

1. A Comunidade Económica no Seio da Tríade

1.1. O modelo de crescimento comunitário

1.1.1. Crescimento e Emprego

1.1.2. Emprego por Grandes Ramos

1.2. Grandes Causas Macroeconómicas do Desemprego na C.E.

1.3. As Respostas da Política Económica

1.4. Competitividade e Emprego

2. Os Actores da Mudança - as Empresas e o Estado

2.1. A cultura dominante

2.2. As Responsabilidades Sociais das Empresas e o Fim do Welfare State

2.3. O Diálogo Estratégico

Anexo

1. A Comunidade Económica no Seio da Tríade

A Comunidade económica do optimismo, do desenvolvimento sustentado, de Maastricht, "do progresso social consagrado na História da Europa"¹, acorda, subitamente com um pesadelo - a recessão, o desemprego, as desigualdades sociais a fome e a miséria de milhares de pessoas ! Porquê?

1.1. O modelo de crescimento comunitário

Competir numa economia global lutando desesperadamente pela sobrevivência e pela vitória é hoje um objectivo bem patente e uma palavra que inunda o nosso quotidiano. E tudo se globaliza ! Seja como globalização financeira, dos mercados e estratégias, tecnológica, da I & D, dos modos de vida e dos padrões de consumo, da governação e regulação, ou como unificação política do mundo.²

Constata-se, no entanto, que o fenómeno de globalização actual se encontra falseado pela "triadização", uma vez que "para os japoneses, norte americanos e europeus o mundo que conta é o seu mundo" e cada vez mais eles investem entre si.³

É debaixo deste enquadramento sócio-económico que assistimos a um crescimento económico comunitário modelado por uma má gestão de recursos: dos recursos materiais pela sua sobreutilização e esgotamento; dos recursos humanos pela sua manifesta subutilização.

¹ Conclusões da Presidência, Conselho Europeu de Corfu, 24-25 de Junho de 1994, pág. 7.

² Grupo de Lisboa, Limites à Competição, Fundação Calouste Gulbenkian, 1994, Coordenação da Ed. Portuguesa: J.L. Cardoso e C.I.S.E.P., Tradução de Maria José Silveira, Economia & Gestão, Pub. Europa - América, Portugal, 1994, pág. 45.

³ Idem, ibidem pág. 114 a 116.

1.1.1. Crescimento e Emprego

O crescimento comunitário tem sido , com efeito , um crescimento pouco intensivo em emprego, bem ao contrário dos E.U.A. - que se apresentam como modelo. Vejamos os quadros (nº 1 a 6) e os gráficos (nº 1 a 6) reveladores da divergência entre taxas de crescimento do P.I.B.p.m. e taxas de crescimento do emprego total em alguns países da Comunidade Económica , nos E.U.A. e no Japão.

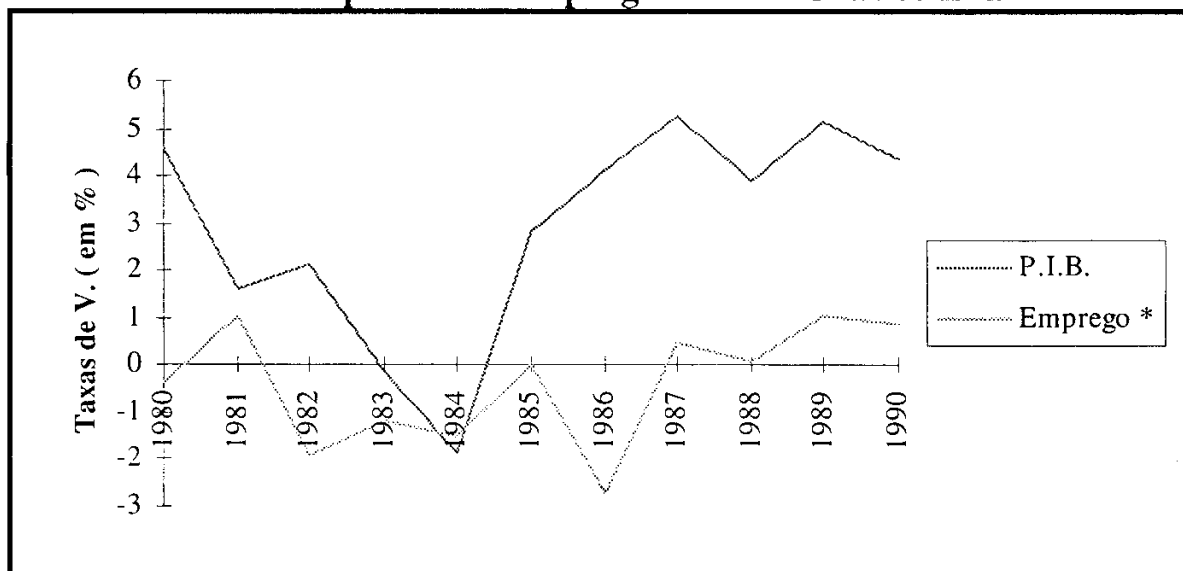
Portugal - Taxas de variação, em relação ao ano anterior, do P.I.B. p.m. (a preços constantes de 1985) e do Emprego Total - Quadro nº 1

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
P.I.B.	4,58	1,62	2,14	-0,17	-1,87	2,81	4,14	5,25	3,92	5,16	4,37
Emprego *	-0,39	1,06	-1,9	-1,15	-1,5	0	-2,7	0,5	0,08	1,04	0,87

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

* Os valores utilizados em 87 / 90 são previstos

**Portugal - Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B.p.m. e do Emprego Total - Gráfico nº 1**



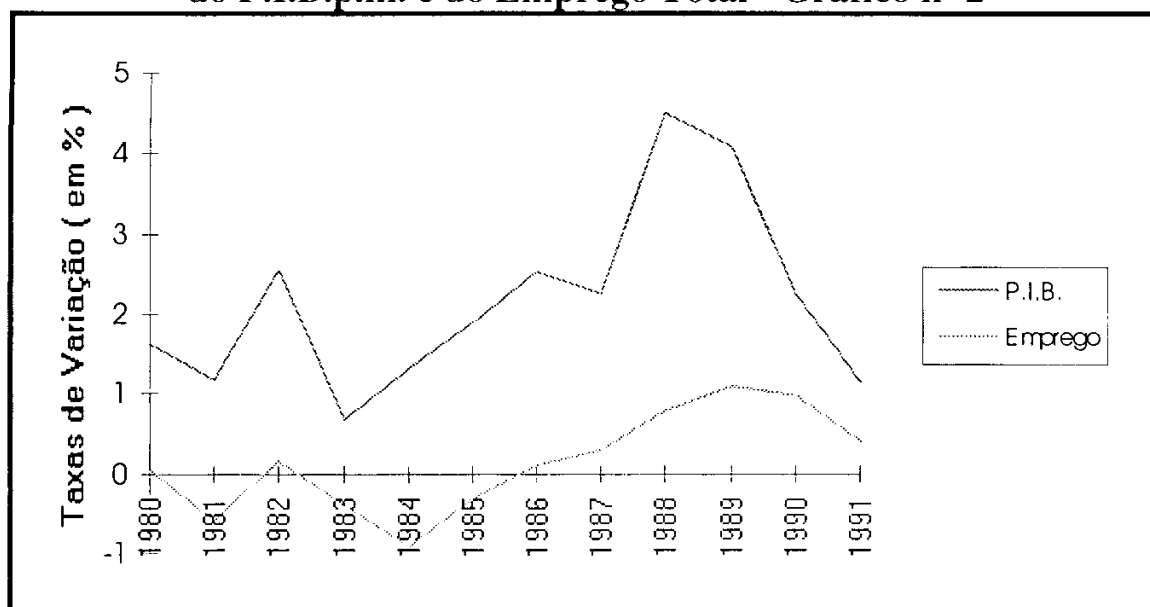
Fonte : Quadro nº 1 , na página anterior

**França - Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B. p.m. (a preços constantes de 1985)
e do Emprego Total - Quadro nº 2**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
P.I.B.	1,62	1,18	2,55	0,69	1,31	1,88	2,52	2,25	4,5	4,1	2,25	1,16
Emprego	0,05	-0,6	0,16	-0,39	-0,93	-0,31	0,11	0,29	0,79	1,1	0,99	0,41

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

**França- Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B.p.m. e do Emprego Total - Gráfico nº 2**



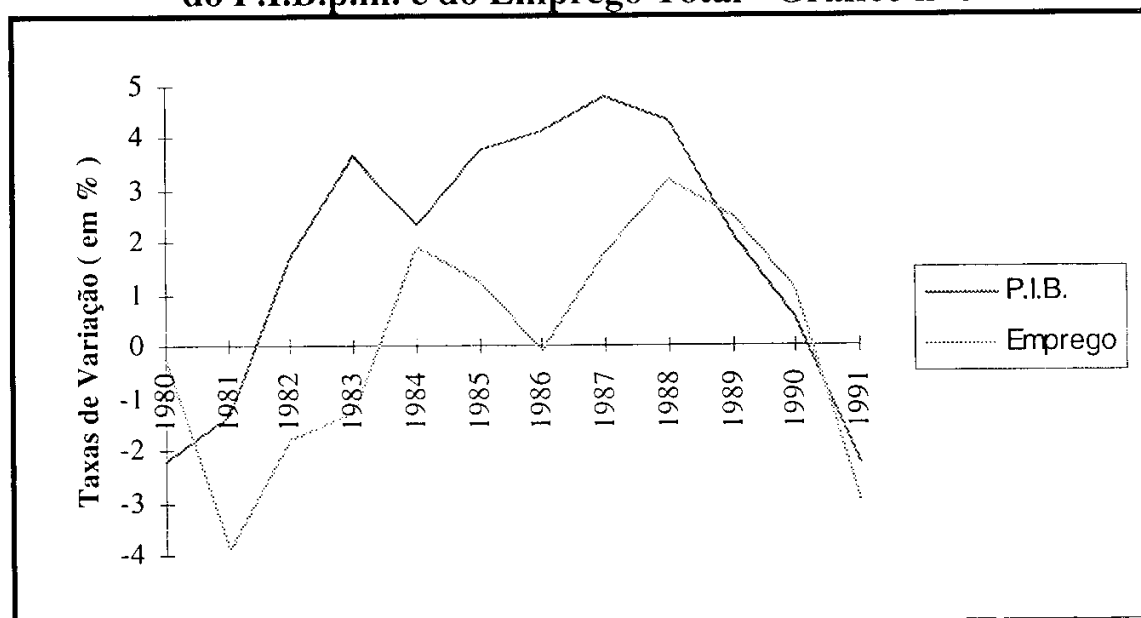
Fonte : Quadro nº 2 , na página anterior

**Reino Unido - Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B. p.m. (a preços constantes de 1985)
e do Emprego Total - Quadro nº 3**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
P.I.B.	-2,18	-1,31	1,69	3,66	2,33	3,75	4,15	4,82	4,31	2,11	0,52	-2,25
Emprego	-0,26	-3,9	-1,8	-1,25	1,9	1,26	-0,09	1,8	3,2	2,5	1,1	-2,99

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

**Reino Unido - Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B.p.m. e do Emprego Total - Gráfico nº 3**



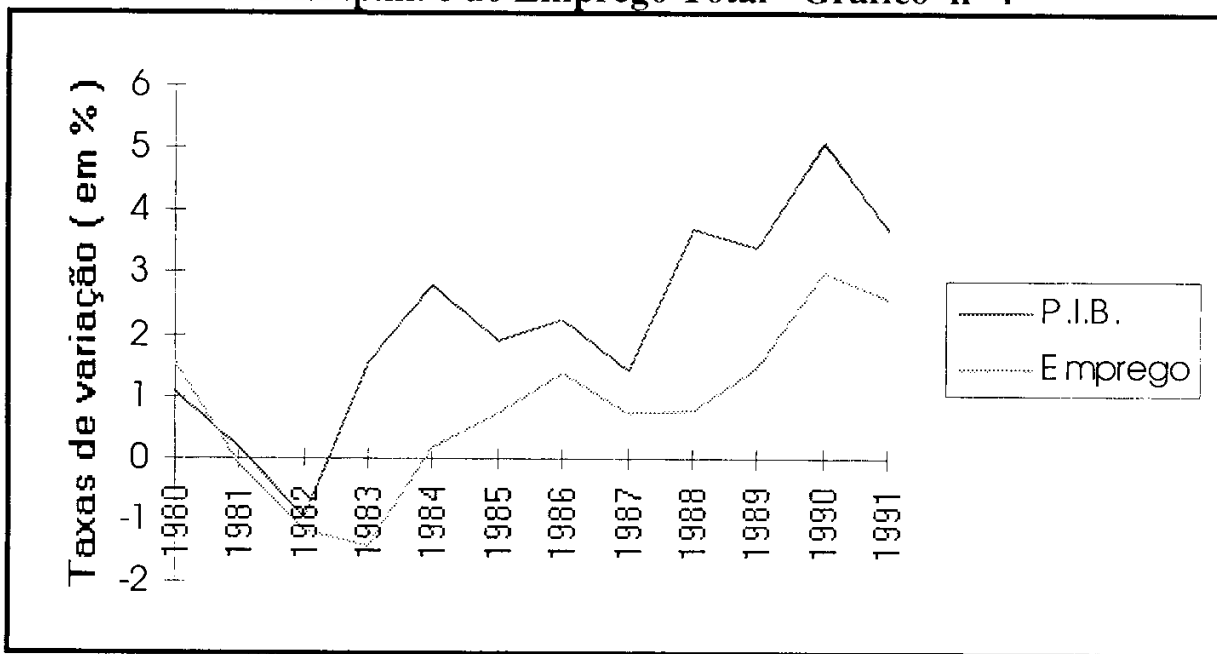
Fonte : Quadro nº 3 , na página anterior

**Alemanha - Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B. p.m. (a preços constantes de 1985)
e do Emprego Total - Quadro nº 4**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
P.I.B.	1,07	0,17	-0,95	1,54	2,78	1,89	2,23	1,42	3,72	3,41	5,09	3,71
Emprego	1,55	-0,1	-1,19	-1,42	0,16	0,74	1,39	0,72	0,78	1,46	3	2,57

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

**Alemanha - Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B.p.m. e do Emprego Total - Gráfico nº 4**



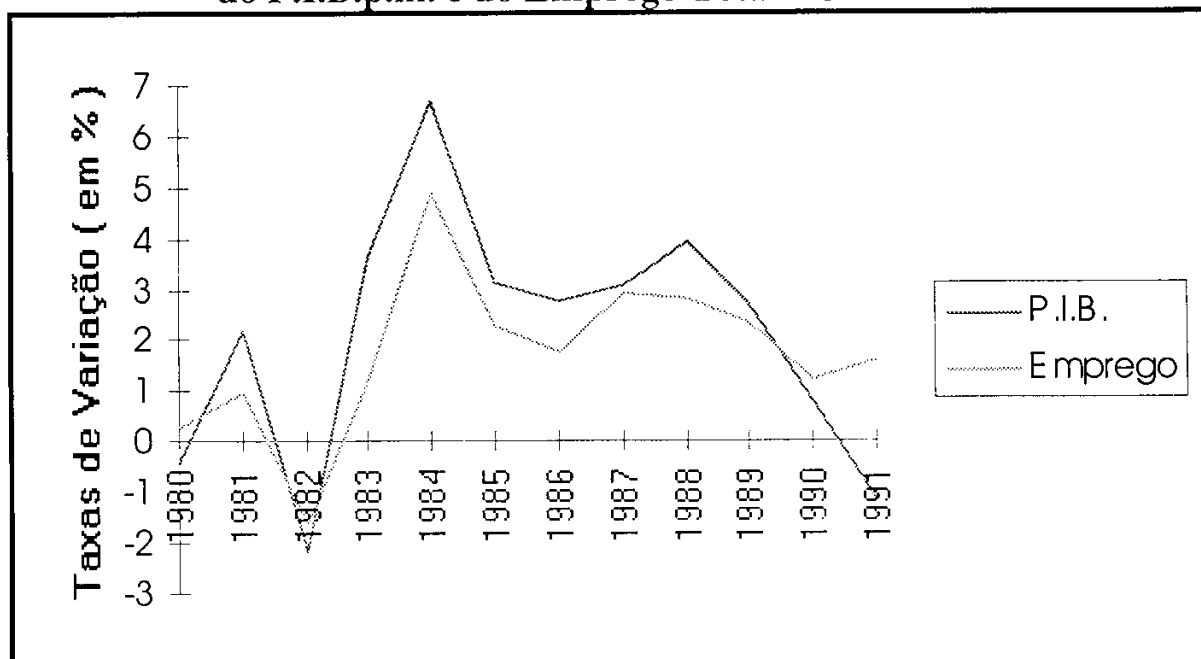
Fonte : Quadro nº4 , na página anterior

**E.U.A. - Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B. p.m. (a preços constantes de 1985)
e do Emprego Total - Quadro nº 5**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
P.I.B.	-0,4	2,2	-2,15	3,6	6,66	3,15	2,78	3,08	3,93	2,72	0,81	-1,14
Emprego	0,28	0,99	-1,65	1,16	4,89	2,3	1,74	2,9	2,84	2,37	1,21	1,61

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

**E.U.A. - Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B.p.m. e do Emprego Total - Gráfico nº 5**



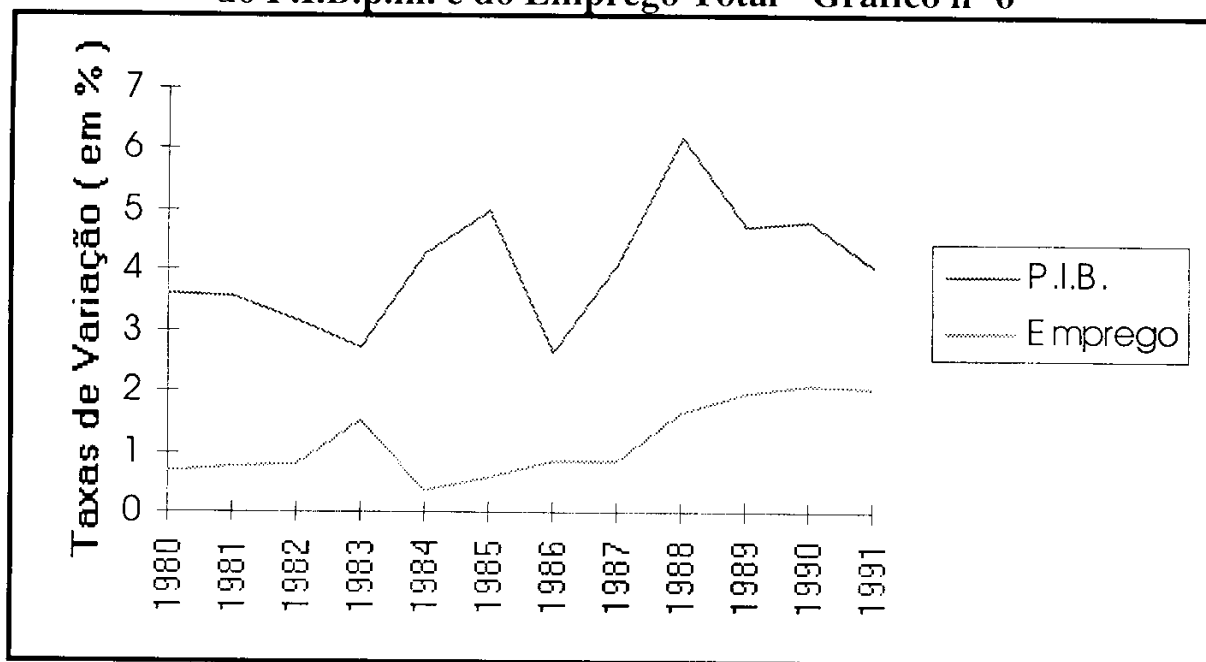
Fonte : Quadro nº 5 , na página anterior

**Japão - Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B. p.m. (a preços constantes de 1985)
e do Emprego Total - Quadro nº 6**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
P.I.B.	3,63	3,58	3,16	2,7	4,27	4,98	2,63	4,11	6,21	4,71	4,82	4,05
Emprego	0,68	0,77	0,82	1,51	0,34	0,56	0,85	0,85	1,67	1,96	2,11	2,05

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

Japão - Taxas de variação, em relação ao ano anterior, do P.I.B.p.m. e do Emprego Total - Gráfico nº 6



Fonte : Quadro nº 6 , na página anterior

Portugal - com diferenciais de crescimento / emprego muito elevados , em 86 e 87, período cujo crescimento se encontra induzido por altas taxas de investimento, revela em 87/90, ao contrário do período anterior, taxas de crescimento do emprego sempre positivas.

França - Com diferenciais de crescimento / emprego mais elevados em 88 (o ano de maior taxa de crescimento do P.I.B.) e 89 (o 2º melhor ano para o crescimento), revela uma maior aproximação entre crescimento e emprego em fases descendentes do ciclo como acontece em 83 e 91.O período 88 /90 revela-se como o mais generoso na criação de empregos.

Reino Unido - apresenta fortes diferenciais de crescimento / emprego em 83 e 86. Os anos mais favoráveis para a criação de emprego são os de 88 e 89

Alemanha - caracterizada por baixos diferenciais de crescimento / emprego mesmo em anos de maior crescimento do P.I.B. como é o caso de 1988 e 90.

O ano de 83 evidencia um gap razoavelmente elevado entre o crescimento do P.I.B. e do emprego manifestamente devido ao crescimento negativo do emprego. Bons anos de crescimento económico como os de 89/91 revelam diferenciais crescimento / emprego reduzidos e boas taxas de crescimento do emprego.

E.U.A. - revela-se como país modelo na apresentação dos menores diferenciais crescimento / emprego sendo o pior resultado atingido em 1983.

O crescimento do emprego é sempre positivo, com excepção do ano de 82 - o pior ano do ciclo. Os anos de 80 e 91, apesar de ostentarem um crescimento negativo do P.I.B., revelam-nos um crescimento do emprego positivo, o que é um facto a merecer destaque.

Japão - apresenta diferenciais elevados, atingindo o máximo nos anos de maior crescimento do P.I.B., ou seja, em 85 e 88.

Apesar de ostentar grandes diferenciais crescimento / emprego, este país apresenta umas boas taxas de criação de emprego.

De assinalar a redução do diferencial crescimento / emprego em 91 apesar da boa taxa de crescimento do P.I.B..

Os anos de 88 /91 são bons anos para a criação de emprego neste país.

No ano de 91 os países que conseguem fazer coincidir boas taxas de crescimento do P.I.B. e um reduzido diferencial crescimento / emprego são a Alemanha e o Japão e principalmente este último com a taxa mais elevada de crescimento do P.I.B. , 4,05 %.

Portugal , em 1990, apresenta também uma boa taxa de crescimento, 4,37%, mas infelizmente um diferencial crescimento / emprego elevado.

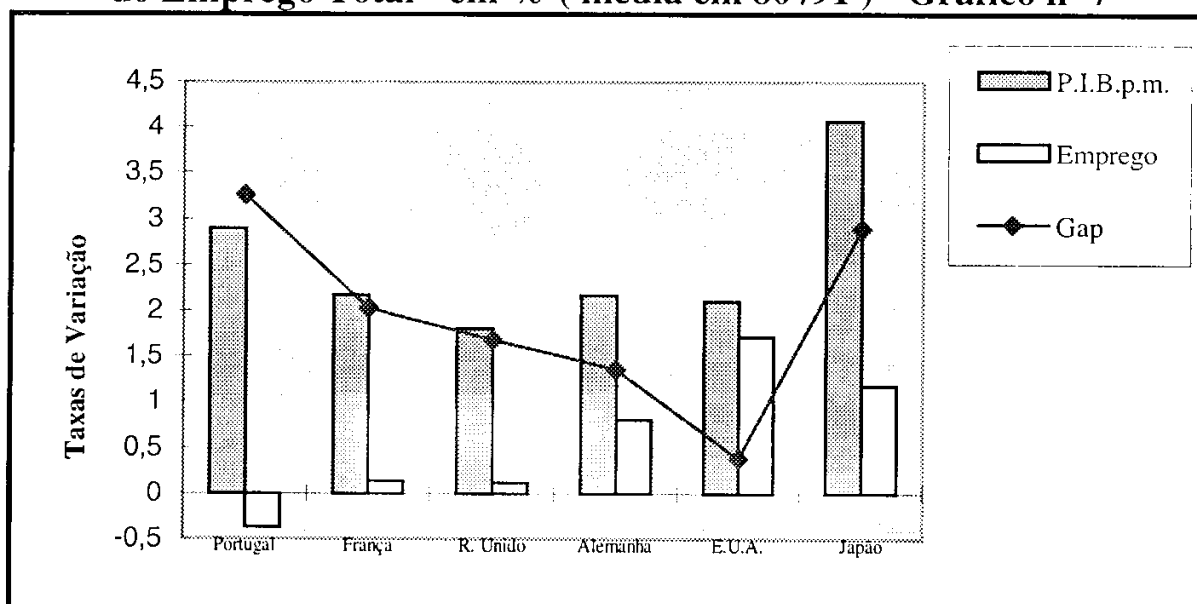
As médias das variações anuais ,do P.I.B. e do emprego total , para o período 80/91 permitem também uma visão comparada e mais algumas conclusões (Quadro nº 7 e Gráfico nº 7, na página seguinte) .

**Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B.p.m. (a P.C. de 85) e do Emprego Total
em % (média em 80 / 91) - Quadro nº 7**

	Portugal *	França	Reino Unido	Alemanha	E.U.A.	Japão
P.I.B. p.m.	2,89	2,17	1,8	2,17	2,1	4,07
Emprego	-0,37	0,14	0,12	0,81	1,72	1,18
Gap	3,26	2,03	1,68	1,36	0,38	2,89

Fonte : Quadros 1 a 6
* referente ao período 80/90

**Taxas de variação, em relação ao ano anterior,
do P.I.B. p.m. (p.c. de 85) e
do Emprego Total - em % (média em 80 / 91) - Gráfico nº 7**



Fonte: Quadro nº 7 supra

O maior gap é detido por Portugal , com 3,26. É um caso preocupante uma vez que a uma taxa de crescimento do P.I.B.p.m. elevada , 2,89 - a 2ª

maior depois do Japão - corresponde uma taxa de crescimento do emprego negativa , a única , no valor de 0,37. Parece evidente que o crescimento da economia portuguesa não tem sido um crescimento intensivo em emprego, mas intensivo em capital , com uma forte vertente importada que se constitui como um factor negativo na criação de postos de trabalho.

Segue-se o Japão que, apesar de apresentar o segundo maior gap, 2,89, ostenta, também, a segunda melhor taxa de criação de emprego , 1,18.

Neste país as altas taxas de crescimento do P.I.B.p.m. aparecem associadas a elevados níveis de produtividade do trabalho, em obediência à lei de Kaldor - Vendoorn : "um crescimento elevado (fraco) do P.I.B. induz um crescimento elevado (fraco) da produtividade do trabalho "4 . Por outro lado, os elevados níveis de produtividade reduzem os custos salariais e permitem uma boa rendibilidade do factor trabalho que assim aparece como um factor de produção privilegiado do sistema produtivo japonês.

Dos países comunitários em estudo aquele que apresenta um menor gap é a Alemanha , com 1,36 - país cujo sistema produtivo , nível de investimento e produtividade mais se aproxima do Japão.

Os casos da França e do Reino Unido são preocupantes principalmente devido ao seu fraco crescimento do emprego.

Finalmente os E.U.A. , embora com uma taxa de crescimento do P.I.B. que é cerca de metade da japonesa, ostentam uma taxa de criação de emprego de 1,72 - a maior de todos os países em observação - o que permite um gap reduzido - o mais reduzido - de 0,38. A reduzida taxa de crescimento americana, associada a uma taxa elevada de criação de emprego, pode ser explicada pela baixa dos ganhos de produtividade representando o dinamismo do emprego no sector terciário.

Pode-se concluir que quanto maior é o diferencial entre a taxa de crescimento do P.I.B. e a taxa de crescimento do emprego, nomeadamente em épocas de expansão, mais difícil se torna atingir o pleno emprego uma vez que as fases de recessão ou depressão não permitem, embora possam reduzir o diferencial crescimento / emprego , a criação dos postos de trabalho necessários.

⁴ Gourlaouen, J. P., *Économie , de L' Entreprise à L'Économie Nationale*, Vuibert Gestion, Paris, 1986, pág. 234.

" Um aumento da intensidade de emprego do crescimento comunitário comparável ao realizado nos E.U.A. " ⁵ é um grande objectivo da Europa dos nossos dias.

1.1.2. Emprego por Grandes Ramos

Tem-se assistido, ao longo de 1980 / 1990 , no seio da Tríade , a um crescimento que se revela criador de emprego no grande ramo Comércio e Serviços. Observe-se o quadro nº 8, em baixo, os quadros 9 a 13 e os gráficos nº 8 a 13 , nas páginas seguintes, sabendo que:

- * Agricultura, Silv., Caça e Pesca - corresponde ao ramo 1 das National Accounts;
- * Indústria - corresponde aos ramos 5 , 10 , 20 e 23 das N.A.;
- * Com. e Serviços - corresponde aos ramos 24, 29, 32, 38, 47 e 48 das N.A.

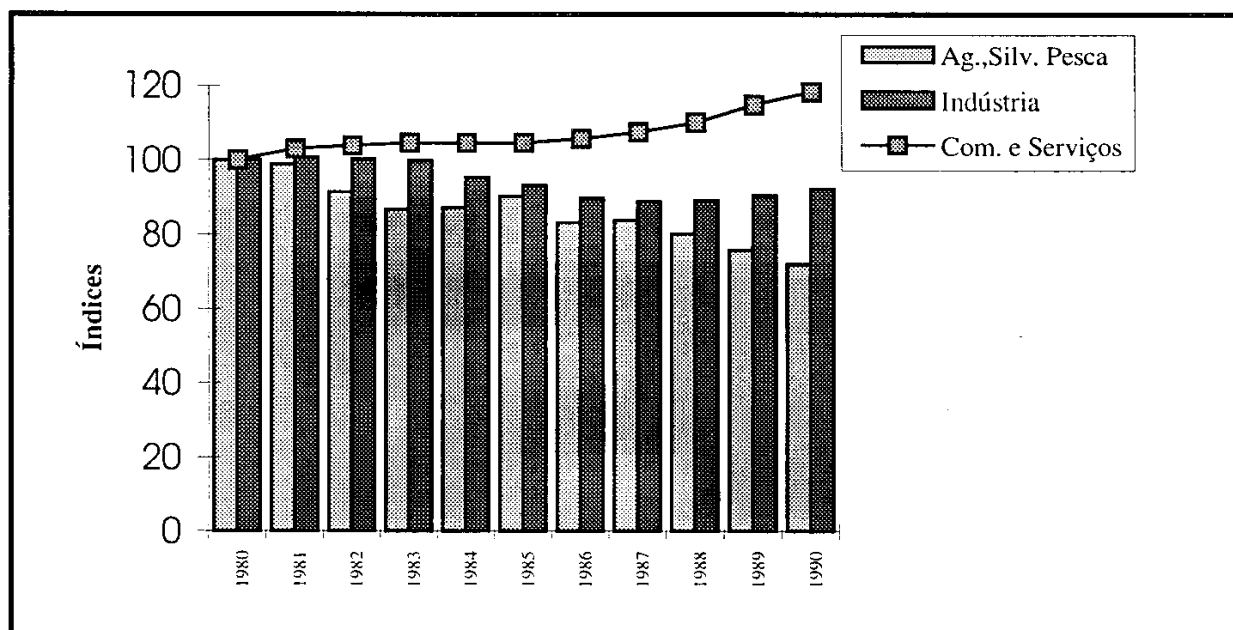
Evolução do Emprego Total , por Grandes Ramos, em Portugal - Base 100: 1980 Quadro nº 8

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Ag.,Silv. Pesca	100	98,9	91,4	86,7	87,2	90,2	83,3	83,8	80,2	75,8	72
Indústria	100	100,7	100,1	99,8	95,3	93,1	89,7	88,7	89	90,5	92,2
C. e Serviços	100	103	103,9	104,6	104,6	104,6	105,9	107,7	110,3	114,8	118,3

Fonte : National Accounts.Detailed Tables,Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

⁵ Comissão Europeia, Crescimento, Competitividade, Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Séc. XXI , " Livro Branco " , Luxemburgo, Serviço das Publicações das C.E., 1994, pág. 64.

**Evolução do Emprego Total por Grandes Ramos,
em Portugal - Base 100: 1980 Gráfico n° 8**



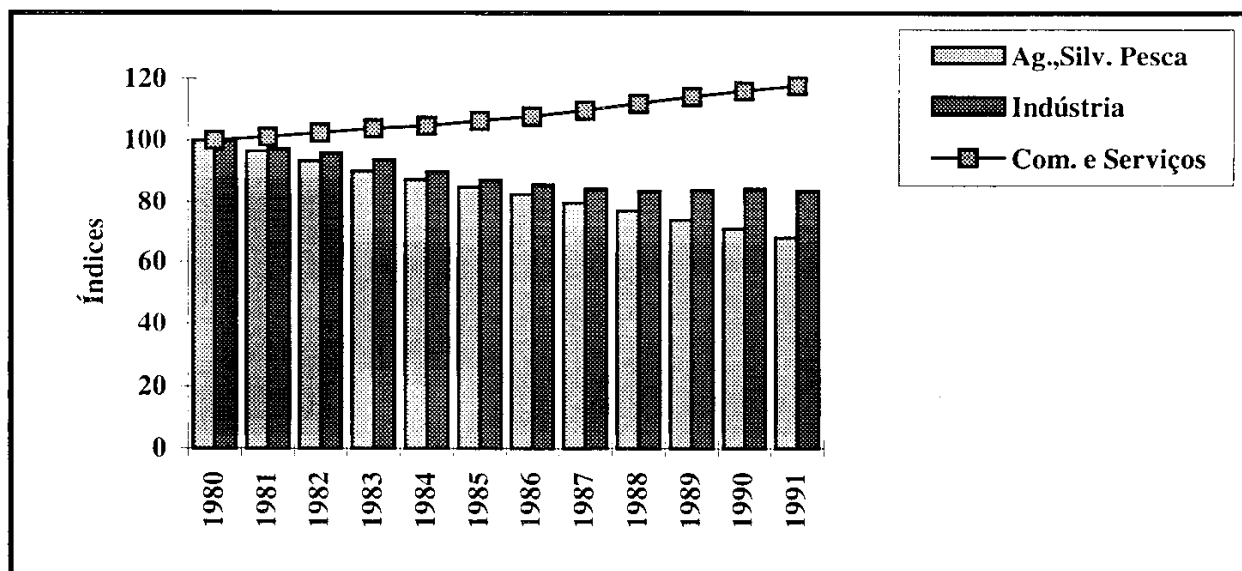
Fonte : Quadro n° 8 , na página anterior

**Evolução do Emprego Total , por Grandes Ramos,
em França - Base 100: 1980 Quadro n° 9**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Ag., Silv. Pesca	100	96,6	93,4	90,2	87,4	85	82,5	79,4	76,5	73,4	70,3	67,5
Indústria	100	97,3	95,9	93,6	90	87	85,8	84,2	83,5	83,9	84,3	83,4
C. e Serviços	100	101,1	102,7	103,9	104,9	106,5	107,8	109,7	111,9	114,1	116	117,7

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

**Evolução do Emprego Total por Grandes Ramos,
em França - Base 100: 1980 Gráfico nº 9**



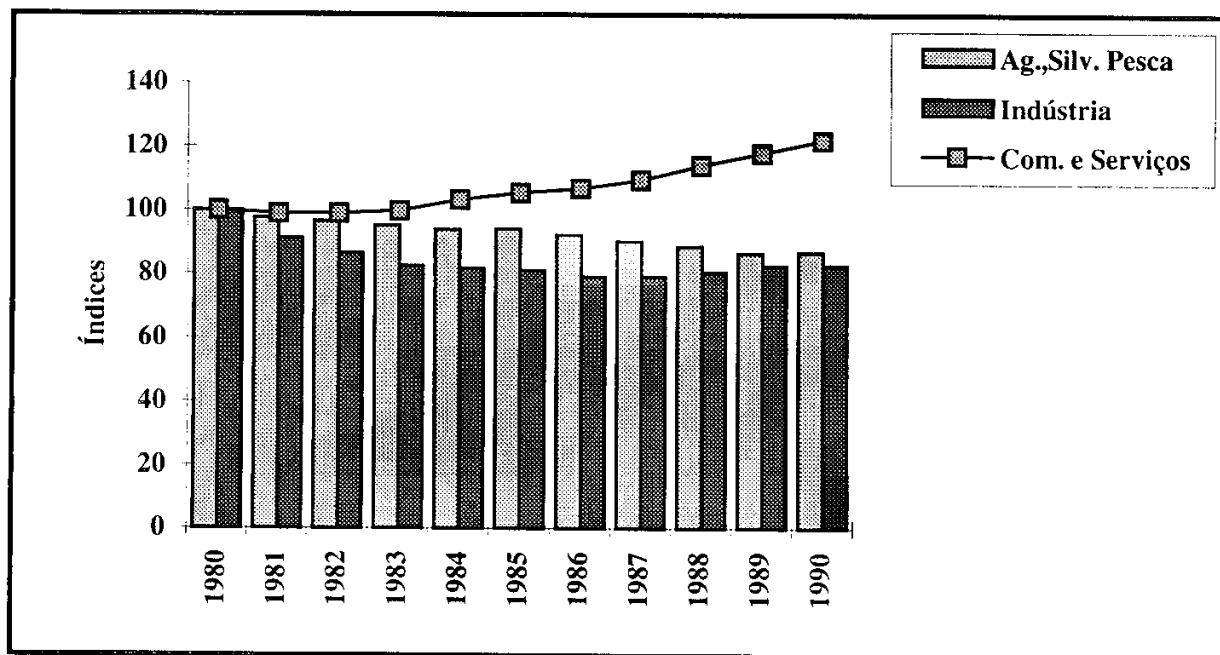
Fonte: Quadro nº 9 , na página anterior

**Evolução do Emprego Total , por Grandes Ramos,
no Reino Unido - Base 100: 1980 Quadro nº 10**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Ag., Silv. Pesca	100	97,7	96,6	95,1	94	94,2	92,2	90,4	88,7	86,5	86,9
Indústria	100	91,3	86,6	82,6	81,8	81,3	79,2	79,2	80,7	82,5	82,8
C. e Serviços	100	99	99,1	99,7	103,2	105,5	106,7	109,6	114	117,8	121,9

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

**Evolução do Emprego Total por G. Ramos,
no Reino Unido - Base 100: 1980 Gráfico nº 10**



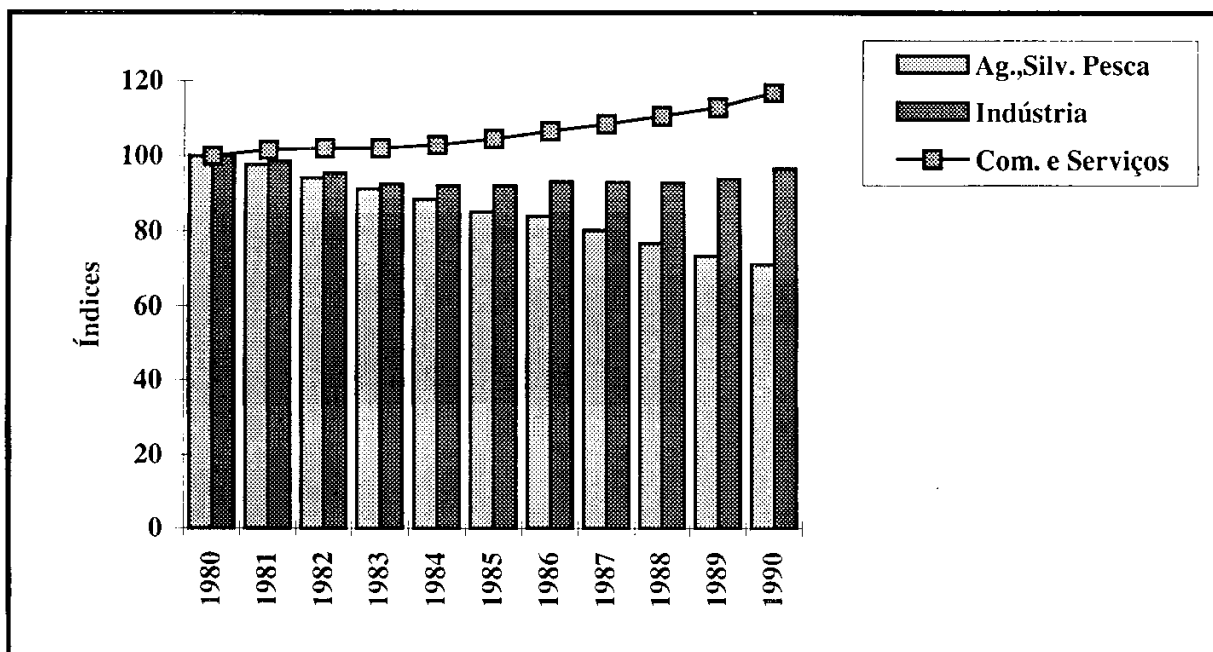
Fonte: Quadro nº 10 , na página anterior

**Evolução do Emprego Total , por Grandes Ramos,
na Alemanha - Base 100: 1980 Quadro nº 11**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Ag.,Silv. Pesca	100	97,5	94,2	91,2	88,3	85,2	83,9	80,2	76,8	73,3	70,9
Indústria	100	98,4	95,4	92,5	92,1	92,1	93,1	92,9	92,7	93,8	96,6
C. e Serviços	100	101,4	102	102	102,9	104,6	106,6	108,5	110,6	112,8	116,7

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

**Evolução do Emprego Total por G. Ramos,
na Alemanha - Base 100: 1980 Gráfico nº 11**



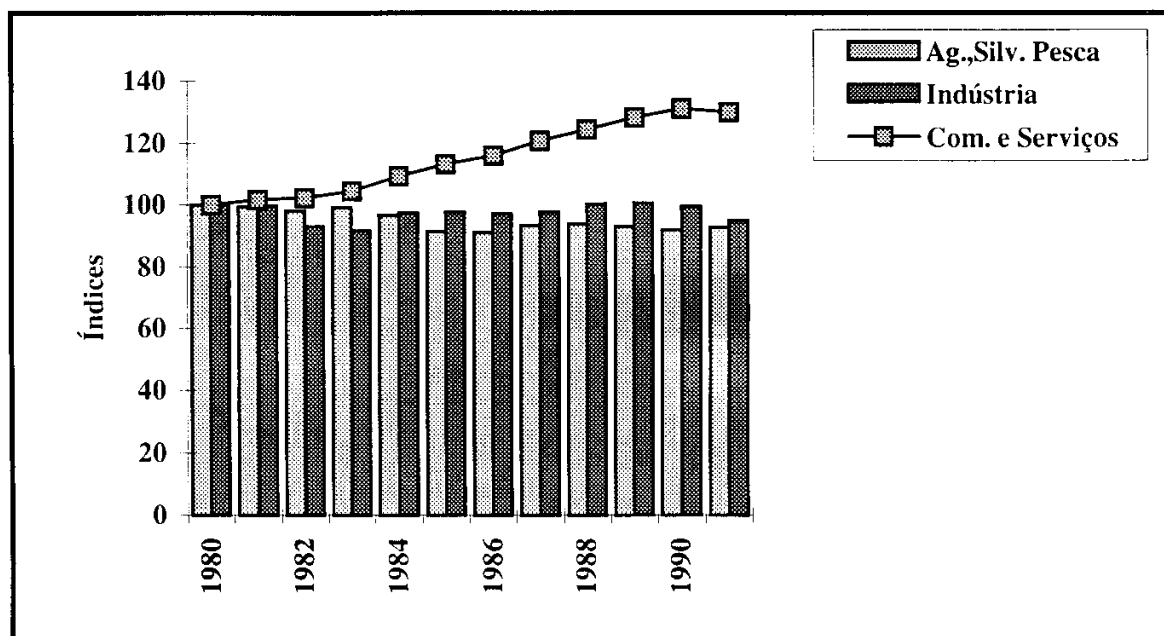
Fonte: Quadro nº 11 , na página anterior

**Evolução do Emprego Total , por Grandes Ramos,
nos E.U.A. - Base 100: 1980 Quadro nº 12**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Ag.,Silv. Pesca	100	99,5	97,9	99	96,5	91,2	90,9	93,2	93,8	92,9	91,8	92,7
Indústria	100	99,7	93	91,7	97,3	97,7	97,2	97,8	100,1	100,4	99,5	95
C. e Serviços	100	101,7	102,2	104,4	109,5	113,2	116,2	120,7	124,4	128,4	131	130

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

**Evolução do Emprego Total por G. Ramos,
nos E.U.A.- Base 100: 1980 Gráfico nº 12**



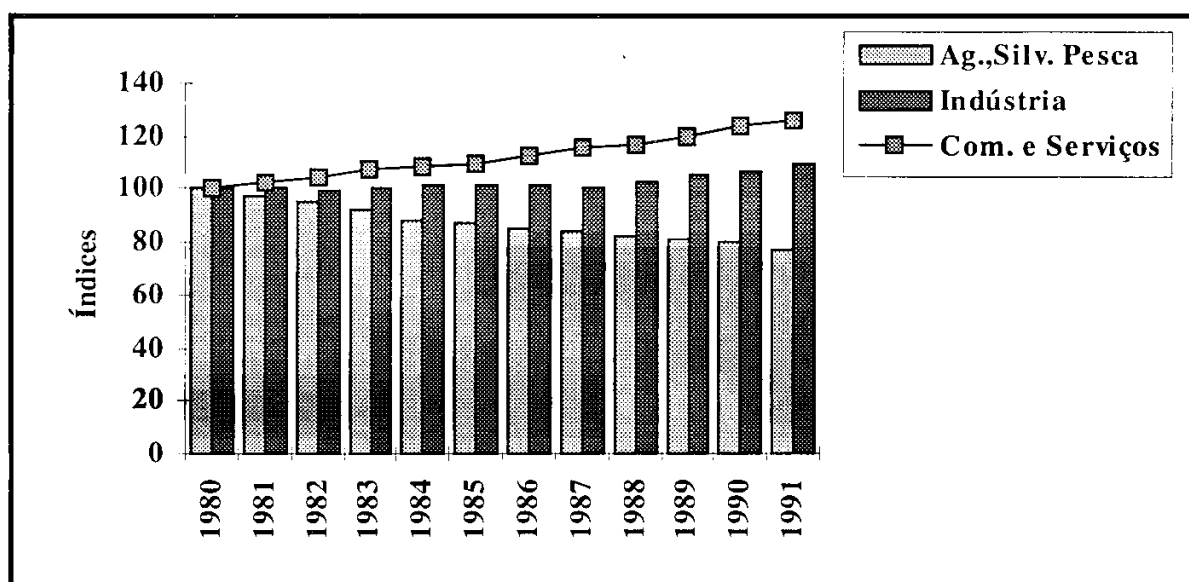
Fonte: Quadro nº 12 , na página anterior

**Evolução do Emprego Total , por Grandes Ramos,
no Japão - Base 100: 1980 Quadro nº 13**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Ag.,Silv. Pesca	100	96,9	95	91,9	88,4	87,2	85	83,7	82,2	81,1	80,1	77,6
Indústria	100	100,4	99,7	100,6	101	101,4	101,1	100	102,7	105,1	106,7	110
C. e Serviços	100	102	104,5	107,6	108,9	110	112,5	115,2	117,1	119,9	123,5	126,3

Fonte : National Accounts, Detailed Tables, Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

Evolução do Emprego Total por G. Ramos, no Japão- Base 100: 1980 Gráfico nº13



Fonte: Quadro nº 13 , na página anterior

A terciarização, explicada pela reestruturação da procura a favor dos serviços mas também pelas diferenças de rendibilidade dos diversos ramos de actividade é especialmente evidente na economia americana.

A indústria - a grande aposta dos japoneses - espelha alguma perda de competitividade das indústrias europeias .

Finalmente a Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca aparece quase em extinção em termos de emprego (principalmente no emprego por conta de outrem) nos vários países em análise.

As situações observadas espelham estruturas diversas em termos de emprego conforme o comprova o quadro nº 14, na página seguinte.

Estrutura do Emprego Total (em %)
Comp. Internacional em 1991
Quadro nº 14

	Portugal *	França	R. Unido *	Alemanha *	E.U.A.	Japão
Ag.,Silv. Pesca	20,3	5,7	2,1	3,5	2,7	8,8
Indústria	34,5	28,2	28,9	39,7	23,3	33,5
C. e Serviços	45,2	66,1	69	56,8	74	57,7

Fonte : National Accounts,Detailed Tables,Vol. II , 1979 - 1991 , O.C.D.E., Paris, 1993

* (em 1990)

A economia portuguesa apresenta uma estrutura de emprego bastante diferente da dos outros países em análise nomeadamente no que diz respeito ao volume de emprego da Ag., Silv.,Caça e Pesca e do Comércio e Serviços-elevado no primeiro e reduzido no segundo.

Dos restantes países podemos observar, mais nitidamente :

- duas apostas na indústria - Alemanha e Japão ;
- duas apostas no Comércio e Serviços - Reino Unido e E.U.A.

Segundo Michael Porter, as economias, no seu desenvolvimento competitivo, podem enfrentar duas fases: uma de avanço e outra de declínio. A fase de avanço está sujeita a três etapas : a primeira impulsionada por factores, a segunda pelo investimento e finalmente a terceira impulsionada pela inovação . A fase de declínio é caracterizada por uma única etapa impulsionada pela riqueza.⁶

O Japão atravessa a etapa da inovação⁷, apostando na competitividade das suas indústrias, sob a marca de uma produtividade elevada bem ao contrário do seu comércio e serviços que enfrenta barreiras: as internas do baixo consumo e as externas da língua.

⁶ Porter,Michael E., A Vantagem Competitiva das Nações , tradução de Waltensir Dutra , The Competitive Advantage of Nations , Ed. Campus, Lda, Rio de Janeiro, 1993, pág. 614.

⁷ Idem, ibidem, pág. 787.

A Alemanha, potência industrial desde o séc. XIX, aposta decisivamente na inovação e aproxima-se fortemente da última etapa - a da riqueza, ⁸ o que lhe acarreta uma tendência para o decréscimo do investimento de longo prazo e uma crescente sensibilidade às cotações das acções e aos lucros de curto prazo . A sua debilidade nos serviços é notória e a aposta na criação de novas empresas será fundamental para a eliminação do desemprego.

O Reino Unido , ao atravessar a etapa impulsionada pela riqueza⁹, enfrenta perdas de competitividade. A debilidade industrial estende-se, o poder de compra, ao baixar, compromete a qualidade da procura que assim se repercute aos produtos e a competitividade volta a baixar. O desemprego aumenta e torna-se importante a criação de novas empresas, impulsionadas por novas metas empresariais que girem menos à volta dos resultados financeiros de curto prazo (tal como nos E.U. os investidores dedicam-se pouco às empresas) e apostem mais no investimento nomeadamente industrial.

Os E.U.A. estão a entrar na etapa impulsionada pela riqueza.¹⁰ A perda de competitividade de algumas indústrias é evidente, especializando-se este país no Comércio e Serviços, que contribui , como vimos no quadro nº 14 , com 74 % do emprego em 1991. É a convivência dos empresários com o investimento de curto prazo, com o lucro imediato, com as cotações das acções, com os prestigiados serviços financeiros e as movimentadas Bolsas de valores, com a fácil concessão de crédito ao consumo que corroi a poupança e com os défices públicos que contribuem para os aumentos de taxas de juro que comprometem o investimento. Neste país, em 1988, a taxa máxima sobre os ganhos de capital de longo prazo é de 33% e igual à de curto prazo, enquanto no Japão há isenção e na França se atinge apenas os 16 %.¹¹

⁸ Idem, ibidem, pág. 798.

⁹ Idem, ibidem, pág. 803.

¹⁰ Idem, ibidem, pág. 807.

¹¹ Idem, ibidem , pág. 814 .

A indústria americana sofre da falta de investimento e de inovação: é que " a crescente « eficiência » dos mercados de capitais em muitos países encerra riscos paradoxais de reduzir a taxa de investimento das empresas"¹².

Portugal , para ser competitivo, terá que ultrapassar a fase “ dos factores”, característica dos países em desenvolvimento, para diminuir a sua vulnerabilidade aos ciclos económicos e às oscilações de taxas de câmbio.O volume de emprego , ainda possível na Ag.,Silv.,Caça e Pesca e na Indústria, associado a baixos índices de produtividade e a baixos salários , deverá ser defendido através do investimento material e imaterial .

1.2. Grandes Causas Macroeconómicas do Desemprego na C.E.

Após o primeiro choque petrolífero , a C.E. reduziu a sua taxa de criação de postos de trabalho. Parece evidente que as políticas económicas praticadas não têm sabido colocar em primeiro lugar um objectivo fundamental - o crescimento sem desemprego.

Um sistema produtivo que não tem sabido reagir à concorrência e conflitos emergentes, no seio da distribuição de rendimentos , estão no centro de uma questão - o fraco nível de investimento comunitário, nomeadamente quando comparado com o investimento nipónico.

É que a taxa de rendimento económico das imobilizações dada pela relação entre o E.B.E. e o Investimento Bruto, tem vindo a decrescer sob a acção da redução da relação entre o E.B.E. e o V.A.B. e da baixa da produtividade do capital. Mantendo-se o peso dos impostos menos subsídios, a degradação da parte do E.B.E. no V.A.B. resulta do aumento das remunerações (encargos salariais e não salariais).

Assim, o jogo combinado da baixa da produtividade dos equipamentos e a degradação da repartição primária do V.A. em prejuízo do E.B.E. contribui, evidentemente , para reduzir o rendimento das imobilizações.

¹² Idem, ibidem, pág. 818

A repartição secundária do V.A., ou seja do E.B.E., em impostos sobre o rendimento, em juros, dividendos, etc., até ao saldo final - a poupança bruta - permite o cálculo da taxa de poupança ($S_b / V.A.B.$).

Em vários países, como sabemos, é nítida a degradação da taxa de poupança, nomeadamente das empresas não financeiras, associada à viva progressão dos encargos financeiros tanto maior quanto a subida de taxas de juro coincinda com baixas taxas de autofinanciamento.

É assim que - dado o facto de o rendimento das aplicações financeiras superar, muitas vezes, o rendimento económico do investimento - a motivação para a especulação tem vindo a superar a motivação para o investimento .

Por último, uma taxa de crescimento efectivo na C.E. (entre 88 e 90) superior ao crescimento potencial leva a uma pressão inflacionista desencadeadora de políticas monetárias mais restritivas e à consequente entrada em recessão , com a inevitável perda de postos de emprego.

1.3. As Respostas da Política Económica

Todas as medidas de política económica devem assegurar o crescimento, o emprego e a convergência real com a estabilidade de preços , para uma U.E.M. que não conduza ao desemprego de grande parte da população activa comunitária.

Pretende-se uma estabilidade da política monetária envolvida por descidas de taxas de juro tão importantes quanto se pretenda aumentar o volume de investimento comunitário.

A política de rendimentos e preços vai permitir, quando devidamente apoiada pelas outras políticas económicas , subidas salariais moderadas e compatíveis com a recuperação da capacidade de autofinanciamento das empresas.

A política orçamental deverá conquistar défices reduzidos numa tentativa de uma colaboração crescente com a poupança nacional que se pretende incrementar

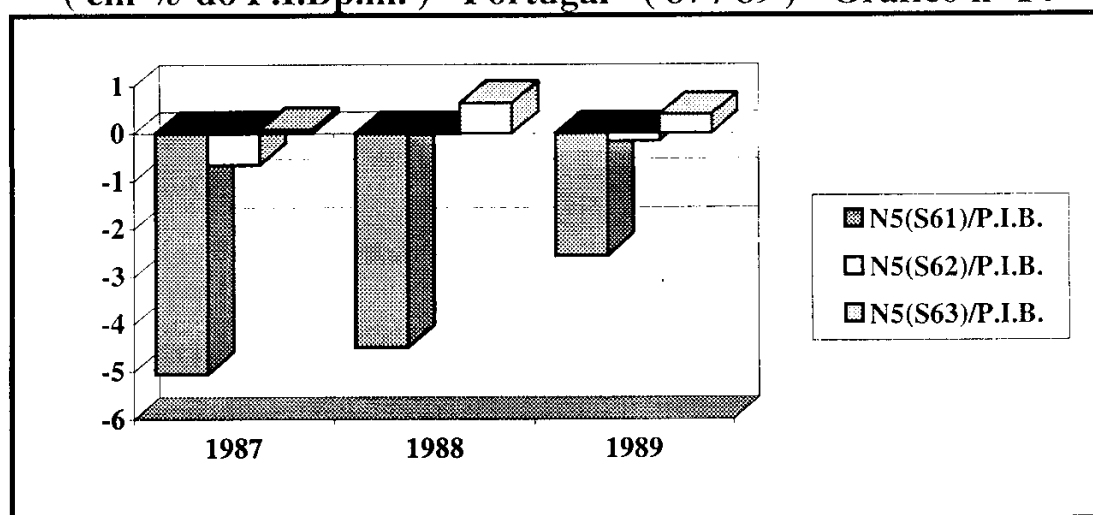
A política fiscal deverá apoiar o investimento, nomeadamente de longo prazo, motivar para uma melhor gestão dos recursos raros e incentivar a criação de emprego.

Investimentos em investigação e desenvolvimento, na educação e em infraestruturas deverão ser compatíveis com as situações financeiras dos diversos sub sectores do sector público(S60) .Vejamoss essa situação , no período de 87/89 , em vários países da Tríade (gráfico número 14 , em baixo, e 15 a 20 , nas páginas seguintes).

O sector S63 (Segurança Social) mostra-se fundamental com a sua contribuição positiva para o equilíbrio global do sector S60 , em todos os países em observação e muito especialmente no Japão e mesmo nos E.U.A.

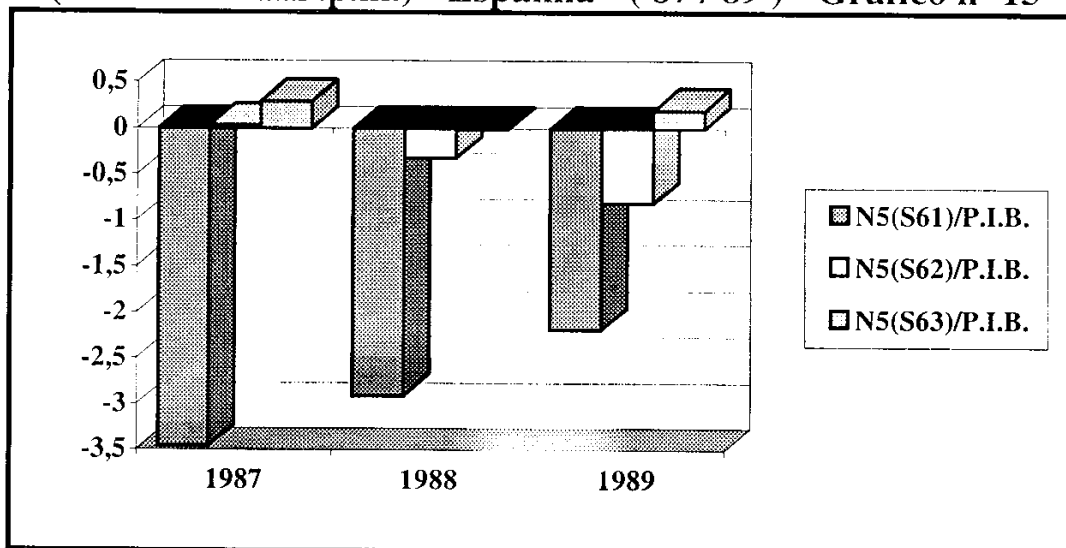
Nos países europeus a situação de S63 não é propriamente privilegiada, apresentando a Alemanha, mais uma vez , uma situação menos desfavorável, nomeadamente no último ano do período.

**Contribuição de cada subsector de S60 para o equilíbrio global
(em % do P.I.B.p.m.) - Portugal - (87 / 89) - Gráfico nº 14**



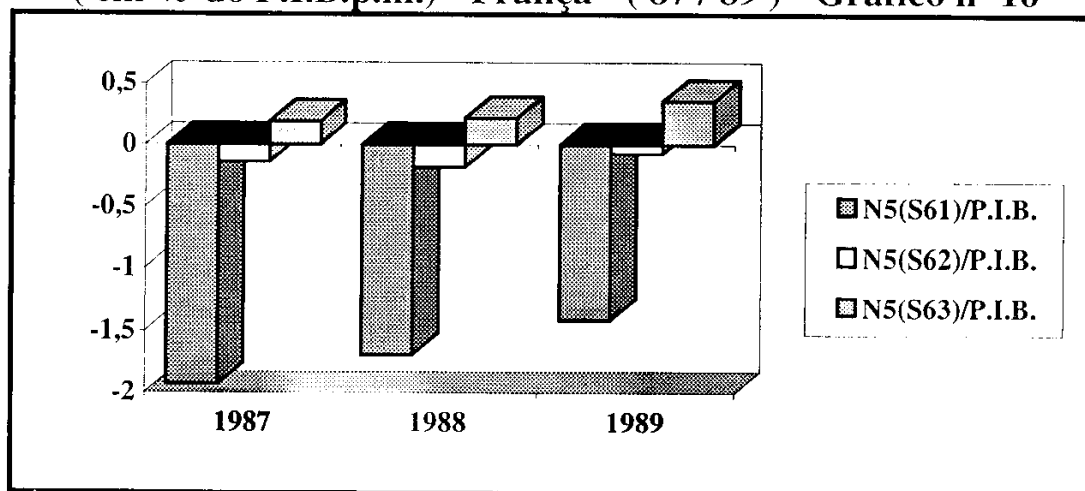
Fonte: quadro nº 15 , em Anexo

**Contribuição de cada subsector de S60 para o equilíbrio global
(em % do P.I.B.p.m.) - Espanha - (87 / 89) - Gráfico nº 15**



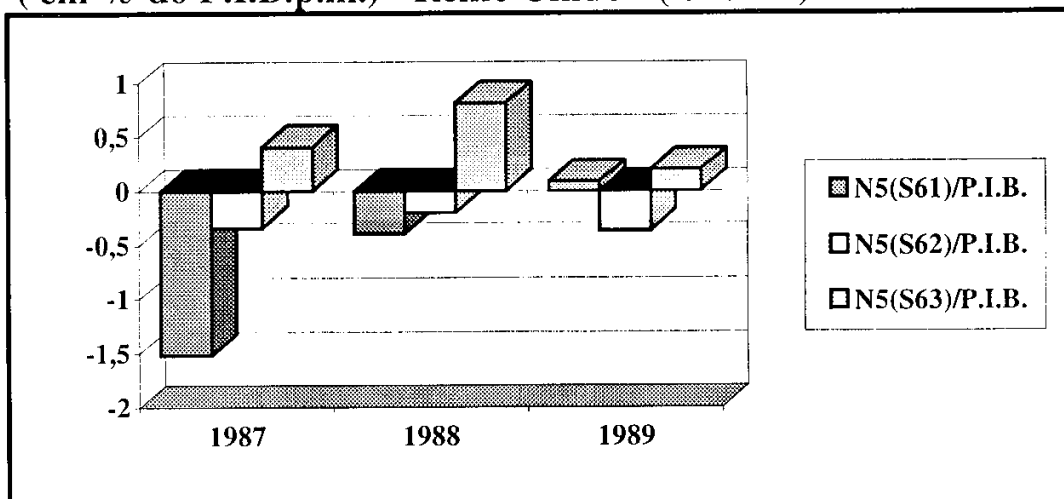
Fonte: quadro nº 16 , em Anexo

**Contribuição de cada subsector de S60 para o equilíbrio global
(em % do P.I.B.p.m.) - França - (87 / 89) - Gráfico nº 16**



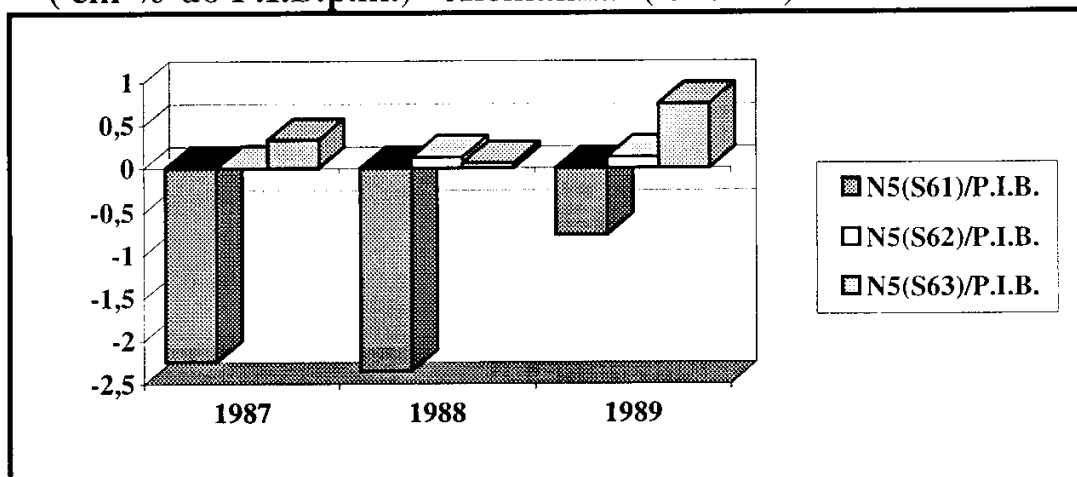
Fonte: quadro nº 17 , em Anexo

**Contribuição de cada subsector de S60 para o equilíbrio global
(em % do P.I.B.p.m.) - Reino Unido - (87 / 89) - Gráfico nº 17**



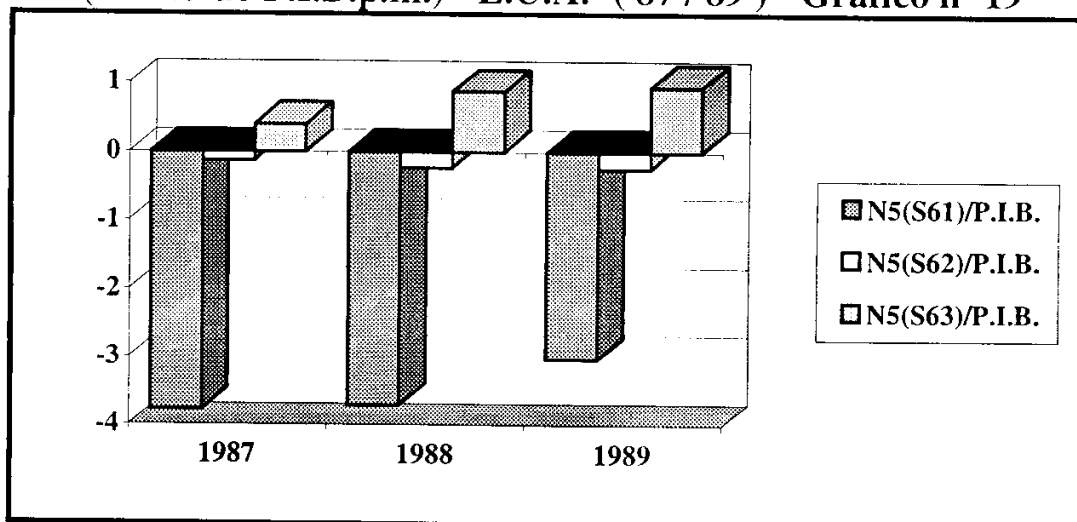
Fonte: quadro nº 18 , em Anexo

**Contribuição de cada subsector de S60 para o equilíbrio global
(em % do P.I.B.p.m.) - Alemanha- (87 / 89) - Gráfico nº 18**



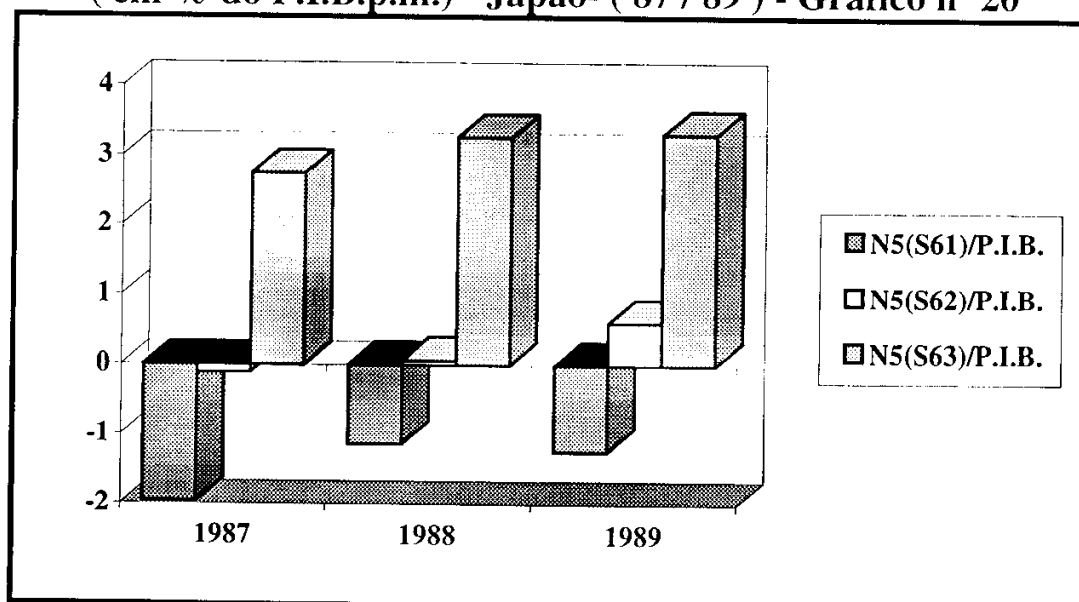
Fonte: quadro nº 19 , em Anexo

**Contribuição de cada subsector de S60 para o equilíbrio global
(em % do P.I.B.p.m.) - E.U.A.- (87 / 89) - Gráfico nº 19**



Fonte: quadro nº 20 , em Anexo

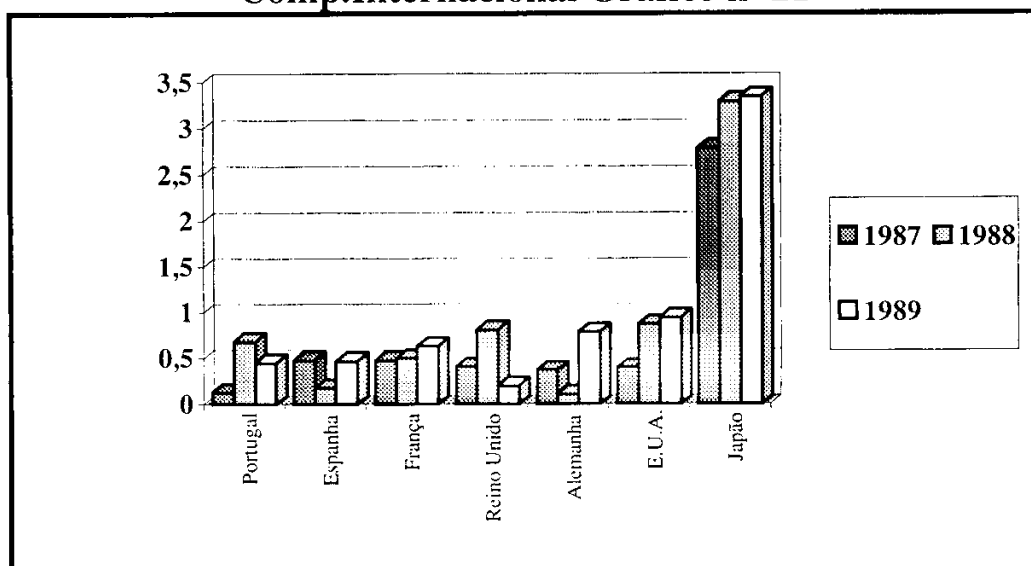
**Contribuição de cada subsector de S60 para o equilíbrio global
(em % do P.I.B.p.m.) - Japão- (87 / 89) - Gráfico nº 20**



Fonte: quadro nº 21 , em Anexo

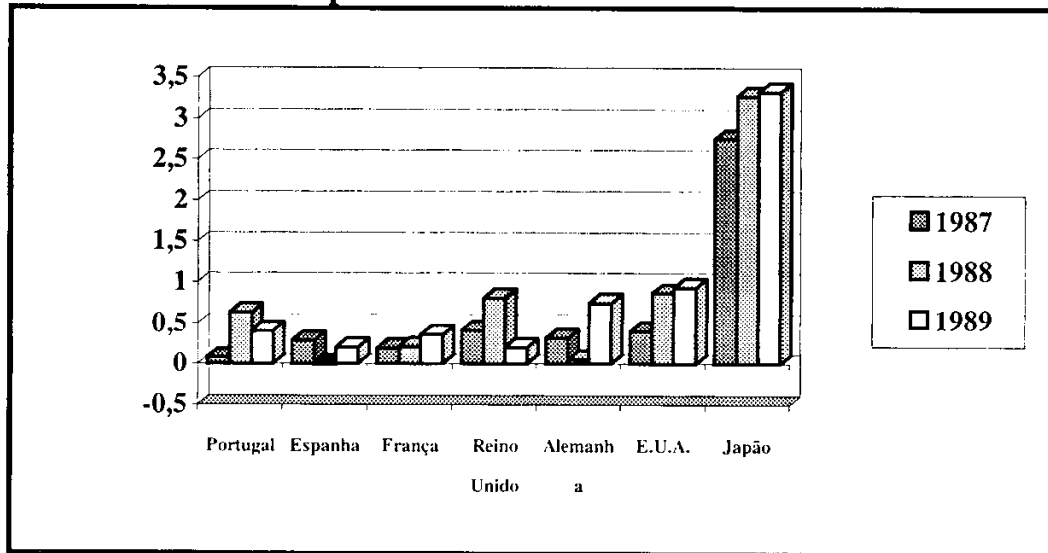
A comparação internacional em 87 / 89 mostra a situação favorável dos E.U.A. e especialmente do Japão tanto no que diz respeito à taxa de poupança do sector S63 como à sua capacidade de financiamento (gráfico número 21 , em baixo, e 22 na página seguinte) : como se pode também observar a situação é cada vez mais favorável , para estes dois países, ao longo do período em observação.

Taxas de poupança de S63 (em % do P.I.B.p.m.)
Comp.Internacional Gráfico nº 21



Fonte: quadro nº 22 , em Anexo

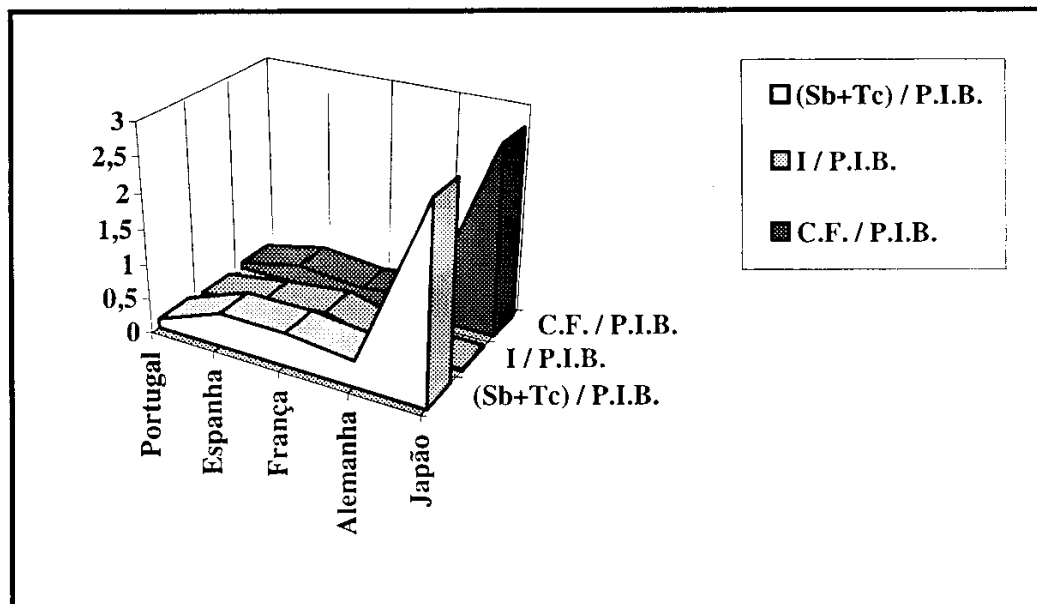
C.F. ou N.F. de S63 (em % do P.I.B.p.m.)
Comp.Internacional Gráfico nº 22



Fonte:quadro nº 23 , em Anexo

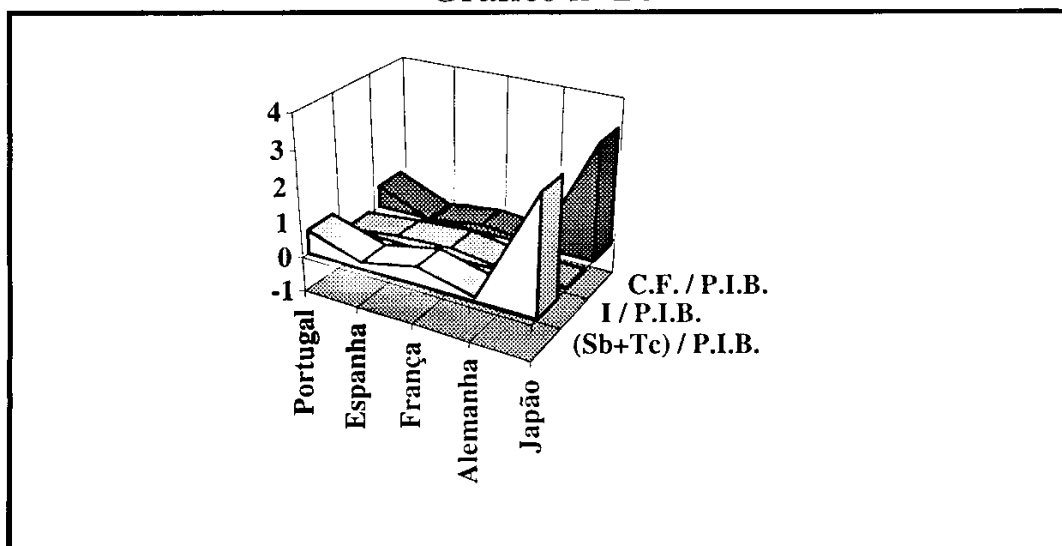
O equilíbrio de sector S63 , moldado pela sua taxa de poupança dada a insignificante taxa de investimento, ao longo de 87 / 89 , mostra-se especialmente favorável para o Japão (gráficos nº 23, 24 e 25 , nas páginas seguintes) deixando bem longe os países comunitários em observação, e conferindo ao país " do sol nascente " uma importante vantagem competitiva para o futuro e especialmente quando a tônica é a diminuição dos encargos não salariais que incidem sobre a mão de obra, como forma de aumentar a parte do E.B.E. no V.A.B. das empresas e assim contribuir para um aumento da capacidade de autofinanciamento das empresas e do investimento.

Equilíbrio de S63 - Comparação Internacional em 87
Gráfico nº 23



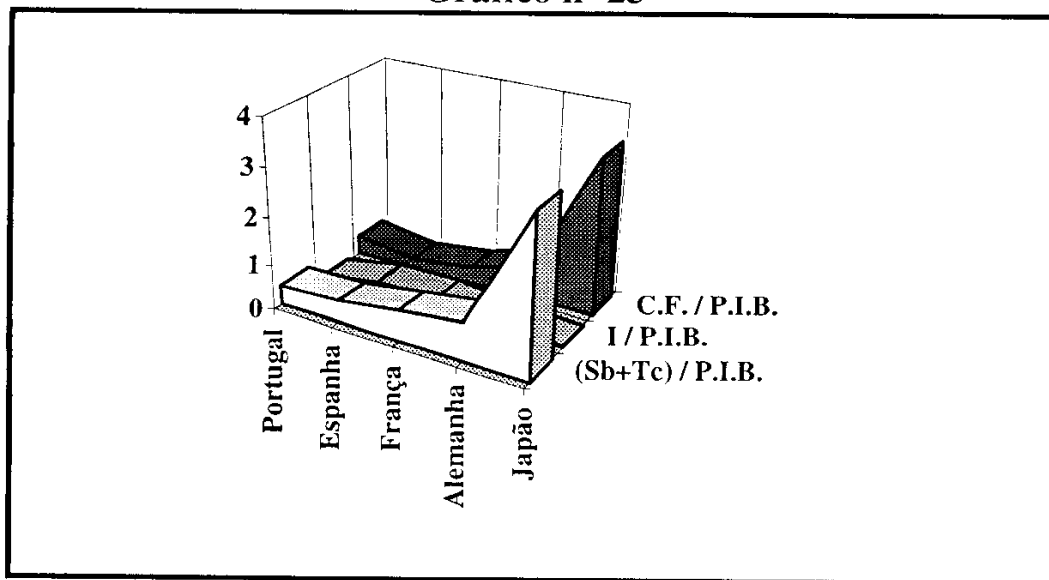
Fonte: quadro nº 24 , em Anexo

Equilíbrio de S63 - Comparação Internacional em 88
Gráfico nº 24



Fonte: quadro nº 25 , em Anexo

Equilíbrio de S63 - Comparação Internacional em 89 Gráfico nº 25

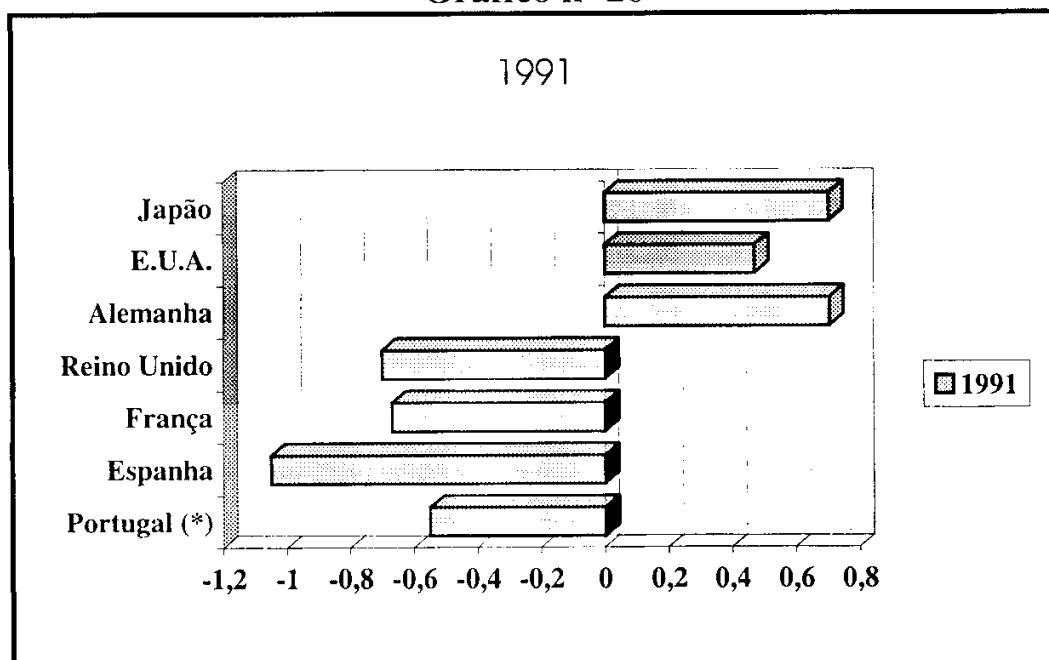


Fonte: quadro nº 26 , em Anexo

1.4. Competitividade e Emprego

A dificuldade de penetração das empresas comunitárias nos mercados externos é um facto observável , por exemplo, através do comportamento dos rendimentos líquidos do exterior (gráfico nº 26 , na página seguinte).

R.L.E. no P.N. B.p.m.(em %)
Comparação Internacional em 91
Gráfico nº 26



Fonte: quadro nº 27 , em Anexo

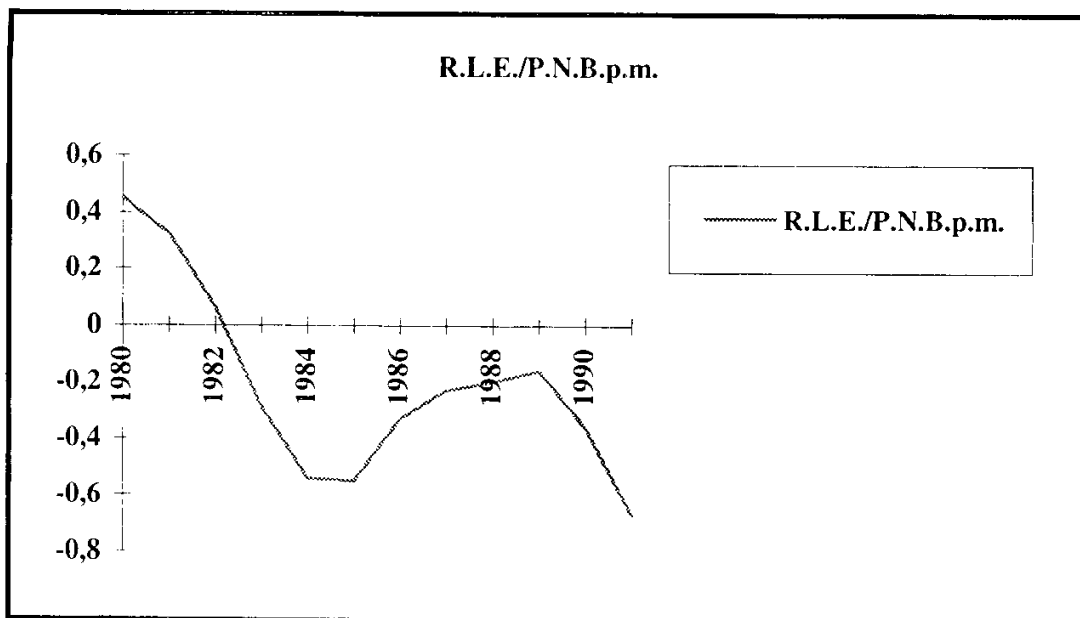
Em 1991, último ano com valores comparativos disponíveis, todos os países comunitários, em observação, com excepção da sua " locomotiva " - a Alemanha, apresentam valores negativos nos seus rendimentos líquidos do exterior, ou seja os rendimentos resultantes do somatório algébrico dos rendimentos R10 e R40 com o Resto do Mundo.

Parece evidente, tendo por base o indicador R.L.E. / P.N.B. p.m. (em %), a força de penetração das empresas nipónicas, norte americanas e alemãs no Resto do Mundo.

Os gráficos (nº 27, 28 e 29, nas páginas seguintes) permitem as seguintes conclusões:

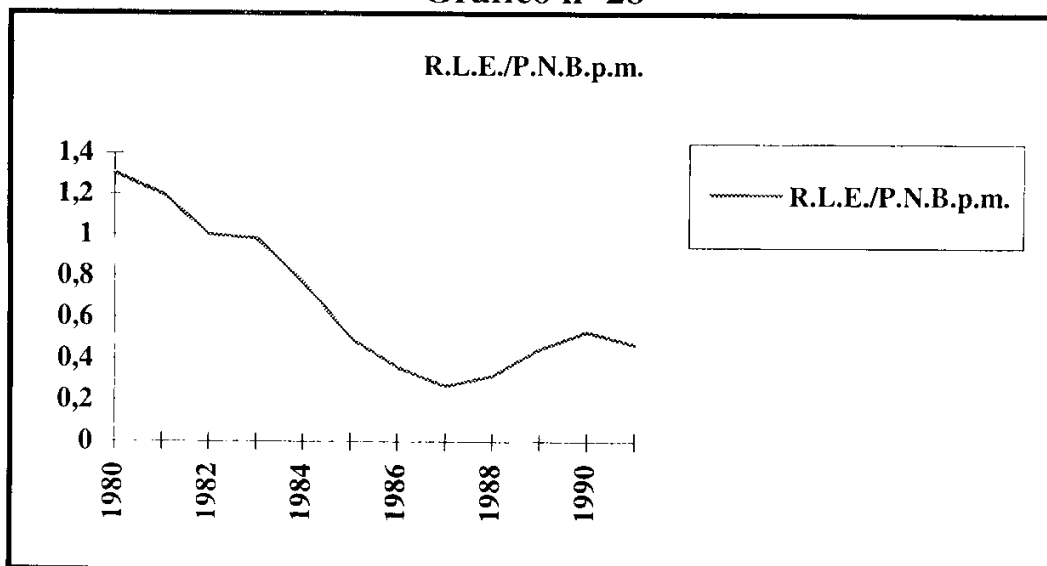
- a fraca posição da França (o país comunitário escolhido para exemplo) relativamente aos E.U.A. e ao Japão;
- o incremento da força conquistadora das empresas nipónicas.

França - Os R.L.E. no P.N.B. p.m. (em %) em 1980 / 1991
Gráfico nº 27



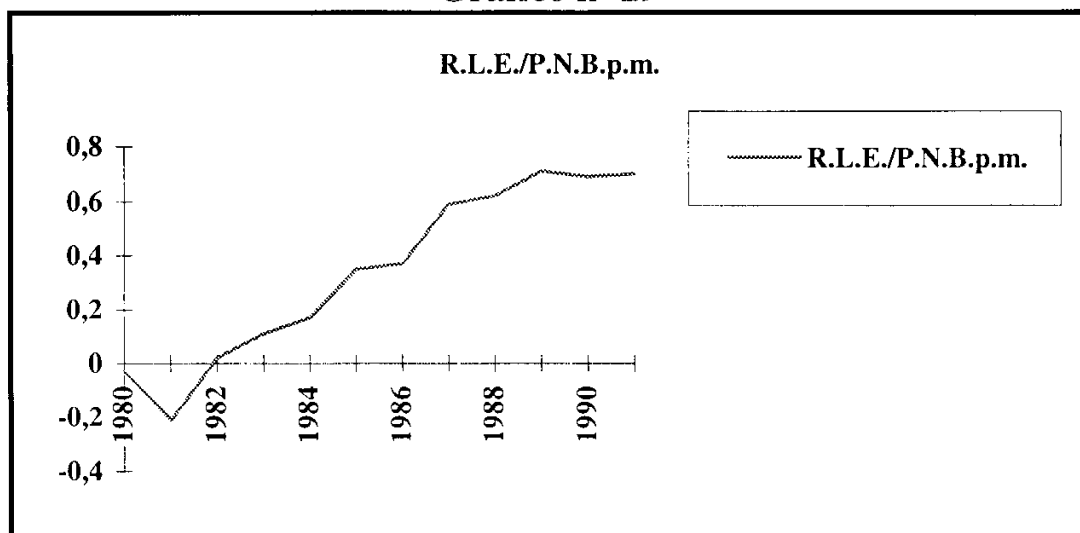
Fonte: quadro nº 28, Anexo

E.U.A. - Os R.L.E. no P.N.B. p.m. (em %) em 1980 / 1991
Gráfico nº 28



Fonte: quadro nº 29 , em Anexo

Japão - Os R.L.E. no P.N.B. p.m. (em %) em 1980 / 1991
Gráfico nº 29



Fonte: quadro nº 30 , em Anexo

Resta à Europa, fundamentalmente, crescer tendo por base as suas exportações e o investimento (como componente da procura interna) , resistindo para que o aumento da concorrência internacional não seja um travão a estes objectivos.

Mas onde reside a força competitiva de um país ?

" A Riqueza das Nações baseia-se, cada vez mais , na criação e na exploração do saber "13

Será , então , importante que se definam os seguintes objectivos numa Europa que se pretende competitiva e criadora de postos de emprego:

¹³ Comissão Europeia, Crescimento, Competitividade , Emprego - Os Desafios e as Pistas para Entrar no Séc. XXI , " Livro branco " , Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 1994, pág. 82.

- fazer investimentos imateriais insistindo na chamada "desmaterialização" da economia ;
- manter um crescimento sustentável do sector industrial, nomeadamente através das eco-indústrias e das tecnologias limpas;
- reduzir o desnível entre oferta global e procura global, fazendo crescer os serviços mas sem perda de importância da indústria transformadora uma vez que ela determina a competitividade do sistema produtivo¹⁴ ;
- conduzir um crescimento mais intensivo em emprego, numa tentativa de conciliação de progresso económico e social, uma vez que o Recurso Humano é o mais precioso de todos;
- produzir com Qualidade.

2. Os Actores da Mudança - as Empresas e o Estado

No seio de uma competitividade crescente, cuja agressividade põe em perigo as empresas e a solvabilidade dos Estados , dois actores se perfilam com responsabilidades na condução do processo - as empresas e o Estado.

2.1. A cultura dominante

As empresas, ao dominar os mercados e em consequência o processo de globalização, determinam e moldam a cultura dominante - " a cultura dos objectos ".¹⁵

Mas, será a empresa a nova instituição reguladora ?

As empresas ao pretenderem ser competitivas poupam mão de obra e substituem-na progressivamente por capital fixo, conquistando

¹⁴ Idem , ibidem, pág. 82.

¹⁵ Op. cit. nota nº 2 , pág.105

produtividade, provocando desemprego e transferindo custos para a colectividade - os custos resultantes dos subsídios e do aumento da pressão fiscal e das contribuições sociais sobre a mão de obra ainda resistente e, conseqüentemente, também, sobre elas próprias, conduzindo a um círculo vicioso infernal. Este processo é desencadeador de desigualdades já que as empresas mais empregadoras acabam por ser penalizadas e sucessivamente afastadas da competição permanecendo no mercado precisamente aquelas que menos mão de obra ocupam.

Por outro lado, o crescimento conduzido por essas empresas dominantes tem provocado a degradação do ambiente, sem a respectiva contrapartida, num perfeito desrespeito por esses valores, quase sempre conduzidas no caminho cego do lucro, sem o emprego de tecnologias limpas e esquecendo a " contabilidade verde ".

Mostra-se, assim, a cultura dominante com traços caracterizadores onde realçam as desigualdades, as injustiças sociais, a degradação ambiental e , em suma, a má qualidade de vida no seio da Era da Qualidade.

2.2. As Responsabilidades Sociais das Empresas e o Fim do Welfare State

As empresas ao reclamarem " menos Estado e mais Mercado ", esperam colaboração do Estado nos custos de I&D, na educação e formação da população activa, nas infraestruturas de apoio à produção, na colocação dos seus produtos...mas o que dão à sociedade em troca ?

O compromisso do Estado deverá envolver o comprometimento da Empresa na criação de emprego - ela é, com efeito, " a única organização capaz de assegurar a gestão óptima dos recursos materiais e não materiais disponíveis no mundo " , adquirindo "gradualmente uma legitimidade histórica e um papel social que se aproximam, em muitos aspectos , da legitimidade e do papel próprios do Estado ".¹⁶

¹⁶ Op. cit., nota nº 2 , pág. 113.

É que, muito para além da privatização da propriedade , as empresas têm vindo a privatizar o papel do Estado ao tentarem conquistar a sua função reguladora. Será, então, o fim do **Welfare State** ?

No seio da globalização (triadização) assiste-se a privatizações crescentes, erguendo-se a competitividade a objectivo nº 1 e esquecendo-se irremediavelmente o emprego.

Nos anos consequentes ao primeiro choque petrolífero, em parte como consequência do aumento do desemprego e de políticas fiscais expansionistas, o sector público (sem incluir as empresas públicas) aumenta de dimensão.

É esse sector público alargado que nos anos 80 e 90 se insiste em combater, debaixo de um insistente pensamento - a redução do défice público.

Mas será possível que o sector público esteja condenado a diminuir de importância , de peso ?

Wagner, atribuindo a expansão do sector público ao governo central e local, considera que o processo de industrialização arrastará consigo não só progresso social e económico, visto no aumento do rendimento, mas também necessidades crescentes de regulação pública, de actividades de protecção - surgidas com a crescente complexidade do sistema, com o aumento da densidade populacional e com o fenómeno de urbanização e surgimento de novos conflitos.

Também o progresso económico-social arrastará preocupações crescentes com uma distribuição mais equitativa dos recursos.

Por outro lado, a intensidade da procura de serviços como a educação tem a ver com a sua elevada elasticidade - rendimento , característica comum a muitos serviços públicos.

Musgrave põe a dúvida relativamente ao incremento do investimento público. Será que com o aumento do rendimento (aumentando o investimento privado e a relação Investimento global / P.N.B.) aumentará a relação Investimento público / P.N.B.?

Considera que os serviços públicos , ligados a necessidades secundárias por oposição às necessidades primárias normalmente satisfeitas por

intermédio da iniciativa privada, têm toda a probabilidade de aumentarem com o aumento do rendimento do país e do seu grau de desenvolvimento. Reconhece, também, que o aumento do consumo privado requer um aumento do consumo público, ao mesmo tempo que a crescente complexidade das economias requer um maior poder regulador.¹⁷

Nos tempos que correm, em que o aumento do desemprego exige aumento de transferências, de serviços sociais e uma maior preocupação com a lei, com a ordem e com a protecção dos cidadãos; quando a criação de emprego implica investimentos em educação, em investigação e desenvolvimento, em formação contínua, e em infraestruturas diversas como em transportes e comunicações; quando a crescente complexidade económica e social exige um forte poder de regulação, como se pode pensar que o peso do sector público possa diminuir? Aumentar a sua eficácia será, penso, a resposta mais correcta.

2.3. O Diálogo Estratégico

Com o fim do pleno emprego o Homem deixa de ter segurança, seja económica, seja social e torna-se um ser dependente, não livre, no seio de uma aparente democracia. Como evitar esta situação degradante?

Através de relações de cooperação entre empresas financeiras, não financeiras e Estado, num enquadramento competitivo saudável, que não esqueça a criação de postos de trabalho, na senda de um modelo de desenvolvimento que crie qualidade de vida.

Lado a lado com as grandes empresas competitivas deverão florescer P.M.E., as micro empresas, em áreas de emprego intensivo, em ligação com o desenvolvimento local, apoiadas em tecnologias centradas no Homem, todas, micro e macro empresas, em diálogo aberto com o Estado - elemento regulador e corrector das "falhas de mercado".

¹⁷ Gemmell, Norman e outros, *The Growth of the Public Sector - Theories and International Evidence*, Edward Elgar Publishing Limited, Hampshire, England, 1993, pág. 103 a 120.

Muito há a fazer em domínios fundamentais como os da investigação e desenvolvimento, da educação, dos regimes e estruturas legislativas, fiscais e financeiras.

Todas as atenções deverão estar voltadas não somente para reduzir o desemprego e o crescente mal-estar social mas fundamentalmente para criar emprego evitando o "paradoxo da riqueza"¹⁸, ultrapassando as lições keynesiana (o desemprego exige um aumento da procura) e neoclássica (o desemprego surge ligado a faltas de rendibilidade) e prestando uma atenção especial às crises do comércio internacional, à competitividade, tendo bem presente que num sistema económico cada vez mais aberto o crescimento não é sinónimo de emprego, para um dado país¹⁹.

Defende-se um enquadramento macroeconómico apoiado em descidas de inflação, na estabilidade cambial, na redução dos défices públicos, num sistema fiscal diferente - que não sobrecarregue o recurso subutilizado e poupe os recursos sobreutilizados, mas, pelo contrário, que inverta esta lógica de redistribuição -, numa consolidação da descida das taxas de juro de curto prazo e da inversão da recente tendência para a subida das taxas de juro de longo prazo como forma de estimular o investimento e assim criar postos de emprego.²⁰ É que a existência de altas taxas de juro provocadas por desequilíbrios estruturais do sistema financeiro, por um custo de intermediação elevado ou por um comportamento especulativo que estimula a desordem monetária internacional - provoca o bloqueamento da economia real²¹.

¹⁸ Giorgio Ruffolo, Os Paradoxos da Riqueza, in Revista Finisterra nº 17, Lisboa, 1995, pág. 103.

¹⁹ Greffe, Xavier, Politique Économique - Programmes, Instruments et Perspectives, Economica, Paris, 1987, pág. 257.

²⁰ Op. cit. in nota nº 1, pág. 12.

²¹ Op. cit. in nota nº 19, pág. 445.

Anexo

Contribuição de cada subsector de S60 para o equilíbrio global (em % do P.I.B.p.m.) Portugal - (87/89) - Quadro nº 15

	1987	1988	1989
N5(S61)/P.I.B.	-5,04	-4,48	-2,56
N5(S62)/P.I.B.	-0,67	-0,014	-0,16
N5(S63)/P.I.B.	0,08	0,64	0,4

Fonte: Q.E.C. , Contas de Subsectores , Contas Nacionais,
1986 - 89 , I.N.E., Lisboa, 1994,

Contribuição de cada subsector de S60 para o equilíbrio global (em % do P.I.B.p.m.) Espanha - (87/89) - Quadro nº 16

	1987	1988	1989
N5(S61)/P.I.B.	-3,46	-2,9	-2,19
N5(S62)/P.I.B.	0,036	-0,32	-0,81
N5(S63)/P.I.B.	0,29	-0,01	0,2

Fonte: National Accounts, Detailed Tables, Vol. II, 1979 - 91 ,
O.C.D.E., Paris, 1993

**Contribuição de cada subsector de S60 para
o equilíbrio global (em % do P.I.B.p.m.)
França - (87/89) - Quadro nº 17**

	1987	1988	1989
N5(S61)/P.I.B.	-1,93	-1,69	-1,41
N5(S62)/P.I.B.	-0,14	-0,18	-0,07
N5(S63)/P.I.B.	0,19	0,22	0,36

Fonte: National Accounts, Detailed Tables, Vol. II, 1979 - 91 ,
O.C.D.E., Paris, 1993

Sendo : S61 - Central Government (Ad. Central)
S62 - Local Government (Ad. Local)
S63 - Social Security Funds (Segurança Social)
P.I.B.(Gross Domestic Product at Current Prices)
N5 (saldo da Conta C5 de cada subsector)
Conta C5 (Capital Accumulation Account)

**Contribuição de cada subsector de S60 para
o equilíbrio global (em % do P.I.B.p.m.)
Reino Unido - (87/89) - Quadro nº 18**

	1987	1988	1989
N5(S61)/P.I.B.	-1,52	-0,39	0,09
N5(S62)/P.I.B.	-0,34	-0,2	-0,37
N5(S63)/P.I.B.	0,41	0,81	0,2

Fonte: National Accounts, Detailed Tables, Vol. II, 1979 - 91 ,
O.C.D.E., Paris, 1993

**Contribuição de cada subsector de S60 para
o equilíbrio global (em % do P.I.B.p.m.)
Alemanha - (87/89) - Quadro nº 19**

	1987	1988	1989
N5(S61)/P.I.B.	-2,24	-2,35	-0,76
N5(S62)/P.I.B.*	0,008	0,13	0,13
N5(S63)/P.I.B.	0,33	0,06	0,75

Fonte:National Accounts, Detailed Tables, Vol. II, 1979 - 91 ,
O.C.D.E., Paris, 1993

* S62 = State or Provincial Government + Local Government

**Contribuição de cada subsector de S60 para
o equilíbrio global (em % do P.I.B.p.m.)
E.U.A. - (87/89) - Quadro nº 20**

	1987	1988	1989
N5(S61)/P.I.B.	-3,77	-3,7	-3,03
N5(S62)/P.I.B.	-0,13	-0,23	-0,24
N5(S63)/P.I.B.	0,4	0,87	0,94

Fonte:National Accounts, Detailed Tables, Vol. II, 1979 - 91 ,
O.C.D.E., Paris, 1993

**Contribuição de cada subsector de S60 para
o equilíbrio global (em % do P.I.B.p.m.)
Japão - (87/89) - Quadro nº 21**

	1987	1988	1989
N5(S61)/P.I.B.	-1,96	-1,13	-1,23
N5(S62)/P.I.B.	-0,11	0,07	0,61
N5(S63)/P.I.B.	2,75	3,27	3,32

Fonte: National Accounts, Detailed Tables, Vol. II, 1979 - 91 ,
O.C.D.E., Paris, 1993.

**Taxas de Poupança de S63 (em % do P.I.B.p.m.)
Comparação Internacional - Quadro nº 22**

	1987	1988	1989
Portugal	0,13	0,68	0,45
Espanha	0,48	0,18	0,47
França	0,48	0,5	0,63
Reino Unido	0,41	0,81	0,2
Alemanha	0,37	0,11	0,79
E.U.A.	0,4	0,87	0,94
Japão	2,78	3,29	3,34

Fonte: para Portugal : Q.E.C., Contas de subsectores, Contas
Nacionais , 1986-89, I.N.E., Lisboa, 1994 , para os outros países :
National Accounts, Detailed Tables, Vol.II, 1979-91, O.C.D.E.,
Paris, 1993

**Capacidade de financiamento ou N.F. (N5)
de S63 (em % do P.I.B.p.m.)**

Comparação Internacional - Quadro nº 23

	1987	1988	1989
Portugal	0,083	0,635	0,403
Espanha	0,29	-0,01	0,2
França	0,189	0,216	0,357
Reino Unido	0,41	0,81	0,2
Alemanha	0,32	0,06	0,75
E.U.A.	0,4	0,87	0,94
Japão	2,75	3,27	3,32

Fonte: para Portugal : Q.E.C., Contas de subsectores, Contas Nacionais , 1986-89,I.N.E.,Lisboa,1994 , para os outros países : National Accounts, Detailed Tables, Vol.II,1979-91, O.C.D.E., Paris, 1993

Equilíbrio de S63 (Comparação Internacional em 1987)

Quadro nº 24

	Portugal	Espanha	França	Alemanha	Japão
(Sb+Tc) / P.I.B.	0,131	0,48	0,484	0,37	2,78
I / P.I.B.	0,048	0,19	0,295	0,05	0,03
C.F. / P.I.B.	0,083	0,29	0,189	0,32	2,75

Fonte: para Portugal : Q.E.C., Contas de subsectores, Contas Nacionais , 1986-89,I.N.E.,Lisboa,1994 , para os outros países : National Accounts, Detailed Tables, Vol.II,1979-91, O.C.D.E.,Paris, 1993

Sendo: Taxa de poupança = (Sb+Tc) / P.I.B.

Sb = N4= poupança bruta

TC = Capital Transfers = somatório de recursos menos empregos de R70

I = P40+P70

Equilíbrio de S63 (Comparação Internacional em 1988)

Quadro nº 25

	Portugal	Espanha	França	Alemanha	Japão
(Sb+Tc) / P.I.B.	0,683	0,18	0,502	0,11	3,29
I / P.I.B.	0,048	0,19	0,286	0,05	0,02
C.F. / P.I.B.	0,635	-0,01	0,216	0,06	3,27

Fonte: para Portugal : Q.E.C., Contas de subsectores, Contas Nacionais , 1986-89,I.N.E.,Lisboa,1994 , para os outros países : National Accounts, Detailed Tables, Vol.II,1979-91, O.C.D.E., Paris, 1993

Equilíbrio de S63 (Comparação Internacional em 1989)

Quadro nº 26

	Portugal	Espanha	França	Alemanha	Japão
(Sb+Tc) / P.I.B.	0,45	0,47	0,631	0,79	3,34
I / P.I.B.	0,047	0,27	0,274	0,04	0,02
C.F. / P.I.B.	0,403	0,2	0,357	0,75	3,32

Fonte: para Portugal : Q.E.C., Contas de subsectores, Contas Nacionais , 1986-89,I.N.E.,Lisboa,1994 , para os outros países : National Accounts, Detailed Tables, Vol.II,1979-91, O.C.D.E., Paris, 1993

**R.L.E. no P.N.B.p.m.(em %)
 Comparação Internacional
 em 91 - Quadro nº 27**

	1991
Portugal *	-0,55
Espanha	-1,05
França	-0,67
Reino Unido	-0,7
Alemanha	0,705
E.U.A.	0,47
Japão	0,703

* Ano de 1990

Fonte: National Accounts, Detailed
 Tables, Vol.II, 1979-91, O.C.D.E., Paris, 1993

**França - Os R.L.E. no P.N.B. p.m. (em %) em 1980 / 1991
 Quadro nº 28**

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
R.L.E./P.N.B.p.m.	0,45	0,32	0,06	-0,29	-0,54	-0,55	-0,33	-0,23	-0,2	-0,16	-0,36	-0,67

Fonte: National Accounts, Detailed Tables, Vol.II, 1979-91, O.C.D.E., Paris, 1993

E.U.A. - Os R.L.E. no P.N.B. p.m. (em %) em 1980 / 1991

Quadro nº 29

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
R.L.E./P.N.B.p.m.	1,3	1,2	1	0,98	0,77	0,5	0,36	0,27	0,32	0,45	0,53	0,47

Fonte: National Accounts, Detailed Tables, Vol.II, 1979-91, O.C.D.E., Paris, 1993

Japão - Os R.L.E. no P.N.B. p.m. (em %) em 1980 / 1991

Quadro nº 30

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
R.L.E./P.N.B.p.m.	-0,03	-0,21	0,02	0,11	0,17	0,35	0,37	0,59	0,62	0,71	0,69	0,7

Fonte: National Accounts, Detailed Tables, Vol.II, 1979-91, O.C.D.E., Paris, 1993

Sendo : R.L.E. (Rendimentos Líquidos do Exterior) = R10 (Compensation of employees) + R 40 (Property and entrepreneurial income)

sendo empregos - recursos da Conta de S90 - Resto do Mundo)

P.N.B.p.m. = Gross National Product

P.I.B.p.m. + R.L.E. = P.N.B.p.m.